



**Centro Universitário de Brasília – UniCeub**  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

RAPHAEL NOGUEIRA KATO

**DO RESPALDO LEGAL AO TIRO DE COMPROMETIMENTO LETAL DO  
POLICIAL *SNIPER***

Brasília  
2017

Raphael Nogueira Kato

**DO RESPALDO LEGAL AO TIRO DE COMPROMETIMENTO LETAL DO  
POLICIAL SNIPER**

Monografia apresentada como requisito  
para conclusão do curso de bacharelado  
em Direito do Centro Universitário de  
Brasília.

Orientador: Prof. Álvaro Chagas Castelo  
Branco

Brasília  
2017

**RAPHAEL NOGUEIRA KATO**

**DO RESPALDO LEGAL AO TIRO DE COMPROMETIMENTO LETAL DO  
POLICIAL *SNIPER***

Monografia apresentada como requisito  
para conclusão do curso de bacharelado  
em Direito do Centro Universitário de  
Brasília

Orientador: Professor Álvaro Chagas  
Castelo Branco

Brasília, de de 2017.

**Banca Examinadora**

---

**Álvaro Castelo Branco**  
**Orientador(a)**

---

**Examinador(a)**

---

**Examinador(a)**

## RESUMO

Resumindo e compilando o pensamento de diferentes autores, respeitando as eventuais divergências de pensamento existentes entre eles, o presente estudo tem o objetivo de analisar se o tiro de comprometimento letal encontra em nosso sistema jurídico, algum respaldo legal. O mencionado tiro é realizado pelo policial *sniper*, em situações críticas e, se bem-sucedido, causará a morte do causador da crise. Foi analisado, inicialmente, o Estado. Desde sua criação até a formulação do conceito de Estado Democrático de Direito. Posteriormente, foi estudada a força policial, haja vista o tiro de comprometimento ser realizado por um policial, e os princípios constitucionais e administrativos que a regem. Em seguida, foi abordado o contexto no qual o tiro de comprometimento ocorre, a saber, nas situações críticas. Nessa situação, há outras alternativas táticas, menos gravosas, que são utilizadas antes de se recorrer ao tiro. O estudo aprofundado do gerenciamento de crise, o presente trabalho parte para a análise do policial que efetua o tiro de comprometimento, o *sniper*. Por fim, foi estudado o tiro de comprometimento sob o ponto de vista do Direito Penal. Foi apresentada a teoria do crime e as excludentes de ilicitude pertinentes ao estudo – estrito cumprimento do dever legal e a legítima defesa. O crime de homicídio também foi abordado, pois o tiro de comprometimento ocasionará uma morte. Ao final, foram analisados casos práticos, traçando um paralelo entre os institutos policiais e penais, para que, em cada caso, seja analisada a ocorrência ou não de crime. O trabalho foi concluído com análise da constitucionalidade ou não do tiro de comprometimento letal.

**Palavras-chave:** Tiro de comprometimento letal. Gerenciamento de crise. Homicídio. Excludente de ilicitude. Policial *sniper*.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	6
1. Do Estado.....	8
1.1. Da Criação do Estado .....	8
1.2. Do Estado Democrático de Direito .....	9
1.3. Da Segurança Pública.....	11
1.4. Poder de Polícia .....	12
1.4.1. <i>Atividade Policial e Poder de Polícia</i> .....	14
1.5. Princípios .....	15
1.5.1. <i>Princípio da Dignidade da Pessoa Humana</i> .....	15
1.5.2. <i>Princípio da Legalidade</i> .....	16
1.5.3. <i>Princípio da Proporcionalidade</i> .....	17
1.5.4. <i>Princípio do uso progressivo da força</i> .....	18
2. Gerenciamento de crise.....	21
2.1 Conceito de crise .....	21
2.2. Teatro de Operações.....	25
2.3. Comandante do Teatro de operações .....	26
2.4. Negociador.....	28
2.5. Grupo tático .....	29
2.6. Alternativas Táticas .....	30
2.6.1. <i>Graus de risco e níveis de resposta</i> .....	30
2.6.2. <i>Negociação</i> .....	32
2.6.3. <i>Emprego de técnicas não letais</i> .....	36
2.6.4. <i>Tiro de comprometimento letal</i> .....	36
2.6.5. <i>Invasão tática</i> .....	37
3. Do Sniper .....	38
3.1. O sniper.....	38
3.1.1. <i>Processo de preparação do sniper</i> .....	41
3.2. O tiro de comprometimento letal .....	42
4. Da consequência jurídica do tiro .....	43
4.1. Direito à vida.....	43
4.2. Teoria do crime.....	43
4.2.1. <i>Tipo total de injusto</i> .....	45
4.3. Erro na execução ( <i>aberratio ictus</i> ) .....	47

<b>4.4. Das excludentes de ilicitude .....</b>	<b>48</b>
<b>4.4.1. <i>Estrito cumprimento do dever legal</i> .....</b>	<b>48</b>
<b>4.4.2. <i>Legítima defesa (de terceiros)</i>.....</b>	<b>49</b>
<b>4.5. Do crime de homicídio .....</b>	<b>54</b>
<b>4.6. Análise de casos práticos .....</b>	<b>57</b>
<b>4.6.1. <i>Disparo autorizado que atinge apenas o causador da crise</i> .....</b>	<b>57</b>
<b>4.6.2. <i>Disparo autorizado dirigido ao causador da crise, mas que atinge apenas o refém</i> .....</b>	<b>60</b>
<b>4.6.3. <i>Disparo autorizado dirigido ao causador da crise, que atinge o causador e o refém</i> .....</b>	<b>61</b>
<b>4.6.4. <i>Disparo ocorrido em momento inadequado (não oportuno)</i>.....</b>	<b>62</b>
<b>4.6.5. <i>Disparo não autorizado</i>.....</b>	<b>65</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo analisará o tiro de comprometimento letal realizado pelo policial *sniper*. Esse tiro possui relevância para o Direito, pois ao realizá-lo, o Estado, na figura do policial *sniper*, renuncia a tutela de seu bem jurídico mais valioso, a vida. Procura-se, portanto, fazer um estudo sobre esse tiro, analisando sua natureza jurídica e sua validade em nosso ordenamento jurídico.

Para isso, será, primeiramente, estudado a origem de nosso Estado Democrático de Direito. Em que pese o trabalho ser focado em Direito Penal, é importante, para a compreensão do leitor, que se faça um estudo, ainda que brevemente, em Direito Constitucional e Direito Administrativo.

O Direito Constitucional é relevante para nosso estudo porque os direitos fundamentais estão garantidos em nossa Constituição. Dentre eles o mais importante, o direito à vida. Vida, esta, que se mostra ameaçada pelo tiro realizado pelo próprio Estado. Ainda que tenha por finalidade salvaguardar uma outra vida, o Estado não pode, a princípio, tirar a vida de nenhum de seus governados.

O Direito Administrativo, por sua vez, é relevante para nosso trabalho porque os órgãos policiais pertencem a Administração Pública. Devem obedecer, portanto, princípios administrativos, como por exemplo, o princípio da legalidade e o princípio da proporcionalidade.

Logo após, faremos um estudo sobre a atividade policial. Devemos ter definido em quais hipóteses os órgãos policiais consideram o tiro de comprometimento letal uma alternativa não apenas viável, mas também necessária.

Para detalharemos a chamada situação de crise, que são situações que fogem à normalidade das demais ocorrências policiais, estudaremos como a polícia reage a essas situações e quais as estratégias tomadas para se chegar ao fim da situação crítica.

Os conflitos de competência que costumam ocorrer com os órgãos policiais em situações críticas não será abordado no presente estudo. O objetivo é a análise do tiro de comprometimento letal, não importando a instituição a qual o atirador de elite pertence. O conflito de competência é, portanto, irrelevante para nosso estudo.

Depois de analisada a crise, passaremos ao estudo do *sniper*. É importante que o presente trabalho seja realizado nessa ordem, pois o *sniper* é apenas uma peça, ao lado de tantas outras, dentro da situação crítica.

Será estudado a origem do *sniper* e como este começou a ser utilizado em forças policiais, uma vez que, em sua origem, *sniper* era um combatente militar. Por fim, faremos um breve estudo de seu método de treinamento, com objetivo de elucidar a importância desse treinamento para a realização de um tiro perfeito. Além disso, buscaremos mostrar a importância da utilização de bons equipamentos para que se alcance a máxima precisão no tiro.

Encerrada a análise dos elementos policiais, passaremos a analisar os aspectos do Direito Penal. Não há dúvida de que o assunto é relevante para o Direito Penal, pois ocorreu, a priori, o crime de homicídio ou, caso o tiro não tenha sido bem-sucedido, de lesão corporal.

Para tanto, busca-se, primeiro, determinar o conceito de crime. Feito isso, será realizado um estudo sobre as excludentes de ilicitude, pois estas são capazes de afastar o crime. Por fim, será analisado o crime de homicídio, previsto no artigo 121 do Código Penal, nos pontos em que interessam ao nosso estudo.

Concluindo, será feita uma análise de casos práticos, mostrando possíveis desfechos do tiro de comprometimento letal. Nessa parte do estudo será realizada uma integração de todo o exposto anteriormente, observando a incidência do Direito em cada um dos possíveis casos. Feita essa junção de todo o trabalho, o último passo será analisar se o tiro de comprometimento encontra respaldo legal ou não. Sendo negativa a resposta, procura-se encontrar quem poderá ser responsabilizado pelo crime, o atirador ou seu superior hierárquico.



## 1. Do Estado

### 1.1. Da Criação do Estado

Muitas são as teorias da criação do Estado. Hobbes, por exemplo, em sua obra *O Leviatã*, apresenta sua teoria de surgimento do Estado absoluto. Montesquieu, por outro lado, apresenta uma teoria fundada no Estado limitado. Locke, identifica-se com a monarquia parlamentar. Hegel com a monarquia constitucional. Rousseau, identifica-se com a democracia<sup>1</sup>.

Fato é que, para o ser humano, não é comum o isolamento. A regra, por natureza, é o convívio coletivo. Isso porque o homem é um agente social, necessitando, pois, das relações que estabelece com seus pares<sup>2</sup>.

Para regular esse convívio, nasce o Estado. Na teoria de Rousseau, os homens, não mais desejando viver no estado de natureza, pois os obstáculos inerentes deste já não mais permitiam sua conservação, unem suas forças e fazem um pacto. Este pacto é o que Rousseau chama de contrato social. Nesse, as cláusulas, apesar de jamais formalmente enunciadas, se reduzem todas a uma só: alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, a toda comunidade. Trocam, portanto, a liberdade natural pela liberdade convencional. Sendo assim, na teoria rousseauiana, o estado nasce da união de forças dos homens. Melhor dizendo, nasce do contrato social<sup>3</sup>.

Desse breve estudo realizado sobre a criação do Estado, percebemos que ele detém o monopólio da força. Ou seja, é o único que pode coagir seus governados a fazerem o que não desejam. Força, aqui, não está limitada a força física. Deve ser entendida em um sentido muito mais amplo do que a simples força coercitiva, o uso da violência. Essa força deve ser entendida como a capacidade de fazer o interesse coletivo prevalecer sob o interesse privado<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 14ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 54.

<sup>2</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>3</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social: princípios do direito político*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 20-23.

<sup>4</sup> ARANHA, Maria Lúcia Arruda/ MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3ª Edição revista. São Paulo: Moderna: 2003.

Para limitar o uso desmedido desse poder, Montesquieu propôs a tripartição dos poderes. Com a finalidade de evitar um Estado absolutista e ditatorial, Montesquieu separa em três os poderes, a saber: Legislativo, Executivo e Judiciário. Concluímos, portanto, que tão importante quanto o monopólio da força pelo Estado, é sua limitação para que se evite excessos<sup>5</sup>.

Limitando-se a força ao campo físico, teremos o monopólio do Estado representado pela Polícia. Apenas ela pode utilizar a força coercitiva e a violência, quando necessário. A limitação desta, no entanto, não foge à regra, sendo mister sua limitação. Por esse motivo, ela é regulada pelo princípio do uso adequado e progressivo da força, que estudaremos a frente<sup>6</sup>.

## 1.2. Do Estado Democrático de Direito

O Estado Democrático de Direito é a união, não apenas formal, dos princípios do Estado Democrático e do Estado de Direito. Para sua melhor compreensão, é necessário que se estude a evolução dos elementos que o compõe<sup>7</sup>.

Em sua origem, o Estado de Direito era um conceito liberal. Por esse motivo, era chamado de Estado Liberal de Direito. Era estruturado em três pilares básicos: submissão ao império da lei, divisão dos poderes e garantia dos direitos individuais<sup>8</sup>.

Contudo, o conceito de Estado de Direito pode variar bastante, pois depende da interpretação que cada um possui de Direito. Por isso, há sempre uma ambiguidade quando se utiliza a expressão Estado de Direito, sem uma qualificação que lhe dê conteúdo material<sup>9</sup>.

Surge então o Estado Social de Direito, fruto das injustiças provocadas pelo Estado Liberal. As liberdades burguesas provocaram graves mazelas na sociedade, as quais o Estado Liberal não conseguia resolver. Dessa forma, o Estado

---

<sup>5</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>6</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

<sup>7</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 144

<sup>8</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 114/115

<sup>9</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 115

de Direito deixa de ser neutro, formal e individualista para se transformar em Estado Social de Direito. Este pretendia acabar com as injustiças deixadas pelo Estado Liberal de Direito<sup>10</sup>.

O conceito de Estado Social de Direito, porém, continua vago. Ainda que a qualificação “social” tenha dado um conteúdo material para o conceito de Estado de Direito (a saber, Estado que busca o bem-estar social e que prima pelo desenvolvimento da pessoa humana), o conceito de Estado Social de Direito continua ambíguo. A palavra social, assim como direito, está sujeita a várias interpretações. Por esse motivo, governos totalitários e ditatoriais, como o Nazista, se denominam Estados Sociais<sup>11</sup>.

Sendo assim, o Estado de Direito, sendo ele Liberal ou Social, nem sempre caracteriza o Estado Democrático. Este se fundamenta na ideia de participação popular na coisa pública. Visa realizar o princípio democrático como garantia dos direitos fundamentais. Sendo assim, contraria ideias liberais, que não possuem como ideia principal a participação popular nas decisões estatais e nem o ideal de que todos têm direitos iguais a essa participação<sup>12</sup>.

Em que pese o Estado Democrático de Direito ser a fusão do Estado de Direito com o Estado Democrático, não pode ser entendido como mera reunião formal dos dois conceitos. Ele cria um conceito novo, levando em consideração os conceitos de seus dois componentes, mas incorpora um elemento revolucionário transformador do *status quo*. O princípio democrático qualifica o Estado e, portanto, todas suas ações são pensadas sob este princípio. A ordem jurídica, por fazer parte do Estado, também recebe esses princípios democráticos. O Direito passa, então, a se adequar ao interesse popular<sup>13</sup>.

Nas palavras de Gilmar Luciano Santos, “Infere-se que Estado Democrático de Direito é aquele formado a partir da mão do povo que, ao criar suas

---

<sup>10</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 117

<sup>11</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 118

<sup>12</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 119

<sup>13</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 121

normas jurídicas, as respeita e as cumpre fielmente”<sup>14</sup>. É a partir da criação da Constituição que o Estado Democrático de Direito é criado<sup>15</sup>.

No Brasil, o artigo 1º da Constituição Federal estabelece que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito. *In verbis*:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.<sup>16</sup>

### 1.3. Da Segurança Pública

Como vimos, é da natureza do homem viver em grupo. O seu convívio social, no entanto, resultará, inevitavelmente, em conflitos que poderão afastar a paz social. Esse embate entre os homens é inevitável, basta ver as diferenças de interesses e ideais entre eles.

Dessa forma, desde os primórdios, a sociedade se organizou de modo a possibilitar a segurança em suas relações sociais. As leis derivam dessa necessidade de segurança. Segurança, essa, que deve ser entendida em um sentido amplo. Não apenas a segurança física, como a que o policial garante contra eventuais crimes. Mas, também, a segurança de que as relações firmadas entre os homens terão o resultado almejado (segurança jurídica)<sup>17</sup>.

É notável, portanto, a importância dada ao direito de segurança. Nossa Carta Magna lhe garantiu *status* de direito fundamental. Destarte, ela deve ser

<sup>14</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 38

<sup>15</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 37

<sup>16</sup> BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 31 de março de 2017.

<sup>17</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

garantida e tutelada pelo Estado, apesar de ser dever de todos, solidariamente, segundo o art. 144 da CF, a responsabilidade pelo provimento de segurança pública<sup>18</sup>.

Sendo, portanto, dever do Estado garantir a segurança a seus governados, ele o faz por meio da polícia. Diante do que já foi estudado, concluímos que cabe à polícia o uso da força para a manutenção da segurança social.

#### 1.4. Poder de Polícia

Em que pese o poder de polícia, na prática, sempre ter existido no Estado, a denominação “poder de polícia” é bastante recente. Antes de 1827 não existia uma expressão que definisse esse instituto<sup>19</sup>.

Dessa forma, a denominação “poder de polícia” nasce nos Estados Unidos da América, de forma jurisprudencial. O juiz Presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos (juiz Marshall), no caso *Brown versus Maryland*, utiliza, pela primeira vez a expressão “police power”<sup>20</sup>.

Dos tribunais norte-americanos, a expressão passa à doutrina, americana e inglesa, sendo acolhida, mais tarde, por estudiosos e operadores do Direito Público de todo o mundo<sup>21</sup>.

Desde seu nascimento, entretanto, não há consenso entre os juristas a respeito do significado da expressão “poder de polícia”. Não é possível, pois, definir de forma rígida esta expressão, uma vez que os elementos que a constituem podem ser interpretados de diversas formas<sup>22</sup>.

A concepção norte-americana, por exemplo, não é a mesma da concepção europeia continental. Nesta, preocupa-se, o poder de polícia, com a defesa da ordem pública, da segurança, da salubridade. Naquela, por outro lado, não se limita, o poder de polícia, apenas em restringir certos direitos individuais para salvaguardar o bem-estar da coletividade, invadindo, também, o exercício legislativo<sup>23</sup>.

---

<sup>18</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>19</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. *Do Poder de Polícia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense. 1999. p. 4

<sup>20</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. *Do Poder de Polícia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense. 1999. p. 4/5

<sup>21</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. *Do Poder de Polícia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense. 1999. p. 7

<sup>22</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. *Do Poder de Polícia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense. 1999. p. 5

<sup>23</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. *Do Poder de Polícia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense. 1999. p. 8

No Brasil, Hely Lopes Meirelles, define poder de polícia como sendo “a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividade e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado”<sup>24</sup>. Sendo assim, é permitido ao Estado restringir um direito individual, caso esse se mostre prejudicial ao bem-estar social e ao interesse público<sup>25</sup>.

Di Pietro, define poder de polícia como sendo a “atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público”. Esse interesse público refere-se a diversos setores da sociedade. Por essa razão, o poder de polícia incide em vários ramos, tais como, segurança, trânsito, águas, floresta<sup>26</sup>.

O Estado garante a seus subordinados direitos, que são tutelados pelo próprio Estado. Eventualmente, entretanto, pode haver excessos no uso e gozo desses direitos. Esses excessos são prejudiciais à coletividade. Uma vez que o Estado prioriza a coletividade em detrimento de um direito individual, os direitos de cada cidadão são restringidos para manutenção da paz social<sup>27</sup>.

Sendo assim, o poder de polícia possui como atributos a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade. A discricionariedade diz respeito a livre escolha da Administração para escolher o melhor momento e a melhor oportunidade para exercer o poder de polícia. Há discricionariedade, também, em relação a possibilidade da Administração escolher os meios empregados e a aplicação de sanção<sup>28</sup>.

Não haverá discricionariedade, entretanto, se houver norma legal estabelecendo o modo e a forma de realização. O poder de polícia passará, neste caso, a ser vinculado. Isso ocorre porque deve-se respeitar o princípio da legalidade, que será estudado a frente<sup>29</sup>.

Por fim, a discricionariedade não deve ser confundida com arbitrariedade. Esta não respeita os limites legais, agindo excedendo o que é imposto

---

<sup>24</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 139

<sup>25</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 140

<sup>26</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 124

<sup>27</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 140

<sup>28</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 145

<sup>29</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 145

pela lei. Aquela é a atuação dentro dos limites legais. Não pode haver, portanto, excesso no poder de polícia, caso contrário será um poder arbitrário<sup>30</sup>.

A autoexecutoriedade é a faculdade que tem a Administração de decidir e executar diretamente sua decisão por seus próprios meios. Em outras palavras, é permitido à Administração realizar, ela mesma, o ato de polícia administrativa, sem intervenção do judiciário. Não é necessário, portanto, um mandado judicial<sup>31</sup>.

Não quer dizer, porém, que o poder de polícia permita a punição sumária e sem defesa. Essa só ocorrerá em casos de extrema urgência, quando há risco de perecimento do interesse público. Não sendo esse o caso, haverá o processo administrativo correspondente<sup>32</sup>.

A coercibilidade é, segundo Hely Lopes Meirelles, “a imposição coativa das medidas adotadas pela Administração”. De fato, todo ato de polícia é imperativo, não uma faculdade. O uso de força física é, assim, justificado<sup>33</sup>.

#### **1.4.1. Atividade Policial e Poder de Polícia**

Devemos, primeiramente, diferenciar polícia administrativa e polícia judiciária, pois somente esta é relevante para nosso estudo. A primeira diferença entre as duas está no caráter preventivo da polícia administrativa, que se preocupa em impedir um dano à coletividade. Já a polícia judiciária possui um caráter repressivo, tendo como objetivo a punição de infratores de lei penal<sup>34</sup>.

Esse conceito, porém, não é absoluto. A polícia judiciária pode agir de forma preventiva e a polícia administrativa pode agir de forma repressiva. Tem-se então outra diferenciação, dada por Álvaro Lazzarini. Segundo ele, para diferenciarmos as duas polícias, deve-se observar a ocorrência ou não de ilícito penal<sup>35</sup>.

A polícia administrativa preocupa-se, apenas com matéria de Direito Administrativo, sendo assim, só atuará caso haja ilícito administrativo. Por esse

---

<sup>30</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 145

<sup>31</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 145/146

<sup>32</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. P. 146/147

<sup>33</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 147

<sup>34</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 125

<sup>35</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 125

motivo, essa polícia não possui grande relevância para o presente estudo. A polícia judiciária, em contrapartida, agirá se houver um ilícito penal<sup>36</sup>.

Por fim, a polícia judiciária é privativa de corporações especializadas (polícia civil e militar), enquanto a polícia administrativa se reparte nos mais diversos órgãos da Administração<sup>37</sup>.

Dada a natureza do nosso trabalho (a saber, estudar a constitucionalidade do tiro de comprometimento letal, que ocorre apenas em caso de ilícito penal), iremos focar apenas na polícia judiciária.

## 1.5. Princípios

Por estar, na Constituição, inserida no rol dos órgãos públicos responsáveis pelo exercício da preservação da ordem pública, a força policial está inserida na estrutura administrativa do Estado. É regida, portanto, pelas normas e princípios do Direito Administrativo<sup>38</sup>.

O Direito Administrativo, por sua vez, é regido por princípios próprios. Exemplo disso é o *caput* do artigo 37 da Constituição Federal. Sendo a polícia parte da Administração, a força policial deve, também, ser regida por esses princípios. Há, entretanto, três princípios que merecem destaque<sup>39</sup>.

### 1.5.1. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

O princípio da dignidade da pessoa humana está previsto no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal. Dele, derivam-se os demais direitos fundamentais garantidos na Constituição. Por isso, todos os direitos fundamentais, tanto os positivados taxativamente, como os implícitos, buscam legitimação no princípio da dignidade da pessoa humana<sup>40</sup>.

---

<sup>36</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 125

<sup>37</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 126

<sup>38</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

<sup>39</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

<sup>40</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 11ª. ed. ver. atual e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p. 106-107.



É bastante difícil classificar de forma universal a dignidade da pessoa humana. É um conceito que varia de acordo com determinada cultura ou religião. Nossa Constituição de 1988, ao reconhecer o Estado Democrático de Direito, determinou que é o Estado que existe em função da pessoa. Deve ele, portanto garantir a dignidade do homem. Além disso, para ser titular de direito a dignidade, basta sua condição biológica de ser humano<sup>41</sup>.

O princípio da dignidade da pessoa humana funciona como um limitador da atuação estatal, impedindo que a violação, por parte do poder público, da dignidade pessoal. Ademais, estabelece que o Estado deve sempre agir a fim de proteger e promover uma vida com dignidade para todos.<sup>42</sup>

Dessa forma, todos os órgãos, funções e atividades estatais estão vinculados ao princípio da dignidade da pessoa humana. Devem, portanto, garantir e respeitar tal princípio. O Estado deve não só abster-se de praticar atos contrários à dignidade pessoal, mas também protegê-la contra agressões oriundas de terceiros. Sendo assim, deve as forças policiais, respeitar o citado princípio.<sup>43</sup>

Diante do exposto, torna-se difícil defender o tiro de comprometimento do *sniper* em face desse princípio. A dignidade, e, por conseguinte, a vida do causador da crise também deve ser protegida. É um direito fundamental que deve ser garantido pelo Estado. Entretanto, há algumas hipóteses que a única forma de se solucionar a situação crítica é efetuando o disparo letal. Principalmente se for a única forma de garantir a manutenção da vida dos reféns, pois estes também merecem a garantia de sua dignidade<sup>44</sup>.

### 1.5.2. Princípio da Legalidade

O princípio da legalidade no Direito Administrativo se difere do princípio da legalidade aplicado ao particular. Nesse é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe.

---

<sup>41</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 11ª. ed. ver. atual e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p. 106-107.

<sup>42</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. p. 110.

<sup>43</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. p. 110-111.

<sup>44</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

Naquele só é permitido fazer o que lei autoriza. A Administração Pública não possui, portanto, liberdade nem vontade pessoal. Está, em todos seus atos, submissa à lei.<sup>45</sup>

É o que leciona Meirelles:

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa “pode fazer assim”; para o administrador público significa “deve fazer assim”<sup>46</sup>

O princípio da legalidade influencia também o Direito Penal. O princípio da reserva legal, que estabelece: “Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”, presente no artigo 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal é derivado do princípio da legalidade. Estabelece, pois, uma reserva legal que limita o poder punitivo do Estado. Fica claro, portanto, que o policial, como auxiliar do Estado em sua pretensão punitiva, deve respeitar o princípio da legalidade<sup>47</sup>.

### 1.5.3. Princípio da Proporcionalidade

O Princípio da proporcionalidade é mais uma forma do Direito Administrativo impor limites à discricionariedade administrativa. Segundo este princípio, uma decisão discricionária de um funcionário será ilegítima, mesmo não violando nenhuma norma específica, se não for razoável<sup>48</sup>.

Seu objetivo é coibir excessos. Para isso mede-se a compatibilidade entre os fins e os meios. Deve haver razoabilidade e proporcionalidade entre os dois. Evita-se, assim, restrições abusivas da Administração Pública, protegendo-se, com isso, os direitos fundamentais<sup>49</sup>.

No âmbito das atividades policiais, não restam dúvidas da importância do princípio da proporcionalidade. Tendo em vista o poder repressivo dos órgãos

<sup>45</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 91

<sup>46</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 91

<sup>47</sup> LUISI, Luiz. *Os Princípios Constitucionais Penais*. 2.ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003. p. 18

<sup>48</sup> Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 27ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. p. 80.

<sup>49</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 96

policiais, uma eventual violação de direitos fundamentais não é improvável. Por esse motivo, é de fundamental importância o respeito ao princípio da proporcionalidade<sup>50</sup>.

#### 1.5.4. Princípio do uso progressivo da força

O princípio da proporcionalidade, porém, ganha novo contorno quando analisado sob o ponto de vista da doutrina policial. Sendo assim, este princípio dá espaço ao princípio do uso progressivo da força<sup>51</sup>.

O policial deve agir de forma repressiva diante de flagrante delito. Tem-se, como exemplo dessa situação, o artigo 301 do Código de Processo Penal, que estabelece: “Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito”<sup>52</sup>. Deve ser, no entanto, proporcional essa força repressiva do policial<sup>53</sup>.

Deve-se esgotar todas as possibilidades de negociação, persuasão e mediação, quando estas forem possíveis. Há situações, no entanto, que uma solução pacífica não é possível. Neste caso, o policial deve utilizar, sem cometer excessos, uma postura mais ofensiva, garantindo sua segurança e a de terceiros<sup>54</sup>.

Vale ressaltar que o uso da força não é regra. Somente em casos que não seja possível outra solução ela deve ser utilizada. E mesmo quando necessário, o uso da força deve ser feito de maneira gradual e proporcional a resistência enfrentada<sup>55</sup>.

É o que estabelece os artigos 284 e 293 do Código de Processo Penal:

<sup>50</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

<sup>51</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>52</sup> BRASIL. *Código de Processo Penal*. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 31 de mar. de 2017.

<sup>53</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>54</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>55</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

Art. 284. Não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso.<sup>56</sup>

Art. 293. Se o executor do mandado verificar, com segurança, que o réu entrou ou se encontra em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, sendo dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso; sendo noite, o executor, depois da intimação ao morador, se não for atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, arrombará as portas e efetuará a prisão.

Parágrafo único. O morador que se recusar a entregar o réu oculto em sua casa será levado à presença da autoridade, para que se proceda contra ele como for de direito.<sup>57</sup>

Sob o enfoque jurisprudencial, o princípio do uso progressivo da força está consolidado na Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal, que estipula:

Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Súmulas Vinculantes foram criadas pela Emenda Constitucional 45/04 com a finalidade de pacificar discussões de questões examinadas em tribunais inferiores do Judiciário. Ao aprovar uma Súmula Vinculante, o STF permite que, tanto o poder Judiciário, quanto o Executivo, adotem sua jurisprudência.

Ao cristalizar, por meio da Súmula Vinculante nº 11, o entendimento de que as algemas só podem ser usadas como exceção – e não como regra, o Supremo Tribunal de Federal visa coibir abusos cometidos pelas autoridades policiais.

O uso de algemas por muito tempo sofreu com uma lacuna legislativa. Desde 1984, a Lei de Execução Penal, em seu artigo 199, estabelece que "O emprego de algemas será disciplinado por decreto federal". Entretanto, somente em junho de

<sup>56</sup> BRASIL. *Código de Processo Penal*. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 31 de mar. de 2017.

<sup>57</sup> BRASIL. *Código de Processo Penal*. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 31 de mar. de 2017.

2008, a Lei 11.689 alterou a redação do artigo 474, parágrafo 3º, do Código de Processo Penal, suprimindo tal omissão. Na a atual redação do referido artigo<sup>58</sup>:

Art. 474. [...]

§ 3º Não se permitirá o uso de algemas no acusado durante o período em que permanecer no plenário do júri, salvo se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou à garantia da integridade física dos presentes.

Durante anos, portanto, a utilização de algemas foi regulada por meio de uma interpretação analógica de diversos dispositivos do ordenamento jurídico pátrio. É o caso, por exemplo, dos incisos III e X, do artigo 5º, da Constituição Federal, que preveem, respectivamente, que ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante e que protege a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas<sup>59</sup>.

Abusos, entretanto, continuaram ocorrendo. As algemas eram utilizadas sem qualquer justificativa, expondo, por meio da mídia, a imagem do algemado, que em muitas vezes não tinha sido condenado<sup>60</sup>.

A Súmula Vinculante nº 11 nasce a partir desses abusos. O Supremo Tribunal Federal tomou a decisão de editar a citada súmula ao anular a condenação de Antônio Sérgio da Silva, pois este ficou, durante todo o seu julgamento, algemado<sup>61</sup>.

A referida súmula objetiva não apenas regular o uso de algemas, mas também evitar uma exposição midiática sensacionalista<sup>62</sup>, como esclareceu o então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes. Segundo o

---

<sup>58</sup> REDE DE ENSINO LUIZ FLÁVIO GOMES. *Súmula Vinculante nº. 11 regulamenta o uso das algemas*. Disponível em: < <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/94831/sumula-vinculante-n-11-regulamenta-o-uso-das-algemas>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

<sup>59</sup> REDE DE ENSINO LUIZ FLÁVIO GOMES. *Súmula Vinculante nº. 11 regulamenta o uso das algemas*. Disponível em: < <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/94831/sumula-vinculante-n-11-regulamenta-o-uso-das-algemas>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

<sup>60</sup> REDE DE ENSINO LUIZ FLÁVIO GOMES. *Súmula Vinculante nº. 11 regulamenta o uso das algemas*. Disponível em: < <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/94831/sumula-vinculante-n-11-regulamenta-o-uso-das-algemas>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

<sup>61</sup> NOTÍCIAS STF. *11ª Súmula Vinculante do STF limita o uso de algemas a casos excepcionais*. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=94467>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

<sup>62</sup> REDE DE ENSINO LUIZ FLÁVIO GOMES. *Súmula Vinculante nº. 11 regulamenta o uso das algemas*. Disponível em: < <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/94831/sumula-vinculante-n-11-regulamenta-o-uso-das-algemas>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

ministro: “A Corte jamais validou esta prática, que viola a presunção da inocência e o princípio da dignidade humana”<sup>63</sup>.

O ministro Cezar Peluso, quando questionado pelo então procurador-geral da República, Antônio Fernando Souza, sobre a possibilidade da súmula desestabilizar o trabalho da polícia, que se mostraria receosa de utilizar algemas na hora de prender um criminoso, respondeu que, devido a periculosidade da situação, a interpretação deve ser sempre em favor do agente do Estado<sup>64</sup>.

Não se retira dos órgãos policiais a possibilidade do uso da força, muitas vezes necessária para manter a ordem. Apenas, regulando-se o uso das algemas, obriga-se que haja proporcionalidade, evitando-se, assim, excessos e abusos.

Infere-se, dessa forma, que a Súmula Vinculante nº 11 é um exemplo da aplicação do princípio do uso progressivo da força. O Estado, na figura dos órgãos policiais, somente poderão aplicar a força, esta na figura das algemas, quando realmente necessário. A força, pois, é uma excepcionalidade, devendo o seu uso ser justificado.

Em relação ao tiro de comprometimento letal, o princípio do uso progressivo da força é facilmente percebido, devido a consequência extrema desse tiro: a morte. Este é utilizado apenas quando outras alternativas menos traumáticas não surtiram efeito. É, pois, uma medida extrema e excepcional.

---

<sup>63</sup> NOTÍCIAS STF. *11ª Súmula Vinculante do STF limita o uso de algemas a casos excepcionais*. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=94467> >. Acesso em: 14 de julho de 2017.

<sup>64</sup> NOTÍCIAS STF. *11ª Súmula Vinculante do STF limita o uso de algemas a casos excepcionais*. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=94467> >. Acesso em: 14 de julho de 2017.

## 2. Gerenciamento de crise

A doutrina policial de gerenciamento de crise teve início no Estados Unidos. Utilizou-se, como base, conceitos e princípios formulados pelo FBI (*Federal Bureau of Investigation*)<sup>65</sup>.

Os estudos que ocorreram no Brasil em relação ao tema, se inspiraram na doutrina americana. Assim, nos últimos dez anos, houve uma significativa melhora no cenário de gerenciamento de crise. Antes, a situação era enfrentada no improviso, não existindo estudos para uma melhor qualificação do policial nessas situações<sup>66</sup>.

### 2.1 Conceito de crise

Sendo crise “qualquer mudança brusca ou alteração importante no desenvolvimento de qualquer evento ou acontecimento, no que condicionamos chamar de normalidade”, concluímos que pode existir as mais variadas formas de crise. Temos, por exemplo, crises econômicas e crises políticas. Terá relevância para nosso estudo, entretanto, apenas a crise policial<sup>67</sup>.

O conceito de crise policial mais utilizado pelas instituições policiais no mundo é a do FBI, a qual estabelece: “Crise é um evento ou situação crucial, que exige uma resposta especial da polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável”<sup>68</sup>.

Segundo a Diretriz Nº PM3- 001/02/13 da Polícia Militar do Estado de São Paulo, crise policial é: <sup>69</sup>

Episódio grave, desgastante, conflituoso, de elevado risco, em que a perturbação da ordem social venha a ameaçar ou a causar danos a indivíduos ou a grupos integrados na coletividade, exigindo, para tanto, atuação célere e racional dos organismos policiais.

<sup>65</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

<sup>66</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

<sup>67</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015

<sup>68</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015

<sup>69</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015

É de suma importância a distinção uma situação crítica de uma ocorrência policial rotineira. Para isso, devemos diferenciar ocorrência policial, ação policial e operação policial<sup>70</sup>.

Nas palavras de Gilmar Luciano Santo:

Ocorrência Policial Militar é todo fato que exige a intervenção da Polícia Militar por meio da estruturação de ações e ou operações. Ação policial é toda forma de intervenção da polícia sem que se exija um prévio planejamento. Operação policial é toda forma de intervenção da polícia que exija um prévio planejamento <sup>71</sup>

As ocorrências de alta complexidade (situações críticas), possuem suas próprias características, obrigando que a polícia atue de forma não convencional. Deve-se, nessas situações, observar<sup>72</sup>:

Imprevisibilidade: situações críticas não fazem parte do cotidiano policial. Por isso, a principal diferença entre ocorrências rotineiras e situações críticas é a imprevisibilidade<sup>73</sup>.

Ameaça direta a vida: nas ocorrências de alta complexidade, o risco de vida é intrínseco à situação. Ele estará, durante toda ocorrência, presente. Eventuais ocorrências rotineiras poderão ter, em algum momento, perigo à vida de algum envolvido. Entretanto, somente nas situações críticas esse risco é real e direto e não somente uma possibilidade<sup>74</sup>.

Necessidade de uma postura organizacional não rotineira e flexibilidade gerencial: há nas ocorrências ordinárias, por não haver imprevisibilidade, um padrão de atendimento. Nas situações críticas, por outro lado, a reação dos policiais varia de acordo com as diversas variáveis da situação, haja vista a imprevisibilidade inerente a elas<sup>75</sup>.

---

<sup>70</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 20

<sup>71</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 20

<sup>72</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 20

<sup>73</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 20

<sup>74</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 20/21

<sup>75</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p.21



Alta pressão psicológica: devido à alta complexidade da situação, a tensão psicológica é sentida tanto pelos envolvidos, quanto pela sociedade<sup>76</sup>.

Necessidade de uma articulação rápida com agilidade na implementação da resposta por parte dos responsáveis pelo gerenciamento: o essencial não é a velocidade em dar a respostas, mas sim dar a resposta mais adequada à demanda existente. Desde o início da crise, várias decisões devem ser tomadas. Todas influenciam o desfecho da crise. Por isso, deve-se sempre procurar a melhor decisão<sup>77</sup>.

Participação da mídia: a mídia, muitas vezes sensacionalista, procura reportagens que chamem a atenção do público. Dessa forma, ocorrências ordinárias não costumam ter atenção midiática. As situações críticas, porém, até pelo seu caráter não rotineiro e de grande risco, ganham grande visibilidade pela sociedade, uma vez que essas situações possuem grande espaço na mídia. Assim, há grande envolvimento da sociedade, ainda que indireto, nas situações críticas, aumentando as tensões dos envolvidos diretamente na operação<sup>78</sup>.

Conflitos de competência: há conflito de competência entre, por exemplo, Polícia Militar e Polícia Civil<sup>79</sup>.

Desestabilização da segurança subjetiva: devido a participação da mídia, a sociedade fica a par do que ocorre nas ocorrências críticas. Devido ao perigo dessas, a sociedade tem seu sentimento de segurança quebrado<sup>80</sup>.

Assim, toda crise policial tem, como principais características em comum, a imprevisibilidade, a compressão do tempo, a ameaça de vida, a necessidade de postura organizacional não rotineira, a necessidade de planejamento analítico especial e a capacidade de implementação, e a necessidade de considerações legais especiais<sup>81</sup>.

---

<sup>76</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 21

<sup>77</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 21

<sup>78</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 22

<sup>79</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 22

<sup>80</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 22

<sup>81</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

Faz-se mister ressaltar que somente deve atuar, diretamente, no gerenciamento da crise, os organismos policiais. Somente a polícia tem, além do treinamento necessário, a responsabilidade e a obrigação de solucionar crises, estando vinculada à lei e à ordem. Deste modo, não pode atuar de forma direta no gerenciamento da crise religiosos, psicólogos, elementos da mídia, pessoas com grau de parentesco, entre outros. Estes, devem ser utilizados apenas como ferramenta, atuando de forma indireta, auxiliando a polícia na resolução da crise<sup>82</sup>.

Ante o exposto, temos como exemplo de crise: ocorrência que envolva refém, ocorrência com artefato explosivo, ocorrência que envolva pessoas com propósitos suicidas de posse de arma de fogo ou branca, ações terroristas, entre outros. Interessa, para nosso estudo, apenas a primeira – ocorrência que envolva reféns – pois somente nessa se utiliza o tiro de comprometimento letal do policial *sniper*<sup>83</sup>.

Segundo Wanderley M. de Souza, “Gerenciamento de Crise é o processo de identificar, obter e aplicar os recursos necessários à antecipação, prevenção e resolução de uma crise”<sup>84</sup>. Nesse mesmo sentido, a Diretriz Nº PM3-001/02/13, da polícia Militar do Estado de São Paulo, citada a cima<sup>85</sup>.

Posto isto, gerenciamento de crise é uma ciência que visa lidar, geralmente em um intervalo ínfimo de tempo, com problemas de ordem pública da extrema complexidade<sup>86</sup>. O objetivo principal é, sempre, a preservação da vida e, subsidiariamente, a aplicação da lei<sup>87</sup>.

---

<sup>82</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

<sup>83</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

<sup>84</sup> SOUZA, Wanderley Mascarenhas de. *Gerenciamento de Crises: Negociação e atuação de Grupos Especiais de Polícia na solução de eventos críticos*. 1995. 121 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP), São Paulo, 1995.

<sup>85</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015

<sup>86</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

<sup>87</sup> SOUZA, Wanderley Mascarenhas de. *Gerenciamento de Crises: Negociação e atuação de Grupos Especiais de Polícia na solução de eventos críticos*. 1995. 121 f. Monografia (Curso de

Essa hierarquia entre os objetivos pode ser vista na fuga negociada - hipótese em que se permite a fuga dos causadores da crise condicionada à liberação das pessoas mantidas como refém. Nesta, a vida do refém é protegida, em detrimento da prisão dos criminosos<sup>88</sup>.

## 2.2. Teatro de Operações

Teatro de operações, também denominado cena de ação ou perímetro do local de crise, é a área ao redor do local onde ocorre a crise. Essa área deve ser isolada, pois nela ocorrerá o gabinete de gestão e gerenciamento<sup>89</sup>.

O teatro de operações deve ser extremamente organizado, mostrando, para mídia e para o público, externo e interno, o profissionalismo e a competência da instituição policial<sup>90</sup>. Sendo assim, deve conter apenas policiais. Limitando-se o acesso de terceiros e, por conseguinte, limitando-se a comunicação entre os protagonistas do evento e o mundo exterior.

Dessa forma, a área onde está ocorrendo a crise é separada por três regiões de isolamento, chamadas de perímetro. São elas: perímetro vermelho, perímetro amarelo e perímetro verde<sup>91</sup>.

No perímetro vermelho (ou perímetro imediato<sup>92</sup>) deve permanecer apenas o causador da crise, eventuais reféns, Comando e sua equipe tática e negociadores. Essa é a área que circunda o ponto crítico, sendo, por isso, a mais delicada dos perímetros de isolamento. Deve, destarte, estar presente apenas quem é de crucial importância para a resolução da crise, devendo ter a autorização expressa

---

Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP), São Paulo, 1995.

<sup>88</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>89</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>90</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015

<sup>91</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015

<sup>92</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 49

do Comandante do Teatro de Operações e seguir as garantias de segurança expedida pelo Comandante do Grupo Tático<sup>93</sup>.

No perímetro amarelo (ou perímetro mediato<sup>94</sup>), estão o Comandante do Teatro de Operações e seus auxiliares, o Oficial Comandante e a Autoridade Policial da jurisdição. Poderá ingressar, eventualmente, demais pessoas, desde que o Comandante do Teatro de Operações expressamente permita. “É neste perímetro que deverá ser instalado o Posto de Comando e sua unidade móvel de gerenciamento de imagem e som”<sup>95</sup>.

O perímetro verde (ou perímetro externo/apoio<sup>96</sup>) é o mais afastado do ponto crítico. Nele, ficarão as pessoas que não estão diretamente envolvidas para solucionar a crise, mas sua presença é importante, pois poderão ajudar. Temos como exemplo os familiares ou a própria imprensa<sup>97</sup>.

O público externo, ou seja, as pessoas que não participam, nem indiretamente, da solução da crise não participam de nenhum perímetro<sup>98</sup>.

### 2.3. Comandante do Teatro de operações

Também chamado de Gerente da Crise, o Comandante do Teatro de Operações é a autoridade executiva que coordena todos os policiais envolvidos no gerenciamento da crise. É a mais alta autoridade na área isolada em torno do ponto crítico. Todas ações desenvolvidas pelos policiais devem ter sua expressa anuência<sup>99</sup>.

Possui quatro funções básicas no teatro de operações:

<sup>93</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>94</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 49

<sup>95</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>96</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 49

<sup>97</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>98</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 50

<sup>99</sup> SOUZA, Wanderley Mascarenhas de. *Gerenciamento de Crises: Negociação e atuação de Grupos Especiais de Polícia na solução de eventos críticos*. 1995. 121 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP), São Paulo, 1995. p.53

Planejar: o comandante deve planejar cada detalhe do teatro de operações, desde a implantação do perímetro até a alternativa tática apropriada para a solucionar a situação crítica<sup>100</sup>.

Coordenar: por ocupar a mais alta posição hierárquica no teatro de operações, o comandante deve ter uma visão de cima para baixo, coordenando os demais envolvidos<sup>101</sup>.

Organizar: a função de organizar todo o teatro de operações também é do comandante, devendo delegar tarefas para todos os envolvidos. Cada policial deve saber sua função no teatro de operações<sup>102</sup>.

Gerenciar: o papel do comandante é gerenciar a atuação dos policiais sob seu comando. Não pode, sob pena de perder a gerência da crise, atuar no papel dos seus subordinados (efetuando, por exemplo, ele próprio o tiro de comprometimento letal)<sup>103</sup>.

É possível que o Comandante do Teatro de Operações seja substituído, devido a ordem do escalão superior, por outra autoridade policial. Diversos são os motivos para isso. O crucial é que, seja quem assuma o posto, tenha sempre o poder de decisão e o respeito dos demais policiais<sup>104</sup>.

Ocupando a mais alta posição na hierarquia presente no Teatro de Operações, é o Comandante deste que autoriza ou não o policial *sniper* a realizar o tiro de comprometimento letal, visando acabar com a crise. É uma medida extrema, pois o objetivo principal dos policiais é a manutenção da vida. Essa manutenção inclui a da vida do criminoso<sup>105</sup>.

---

<sup>100</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise*: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 40

<sup>101</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise*: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 40

<sup>102</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise*: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p. 40

<sup>103</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise*: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010. p.41

<sup>104</sup> SOUZA, Wanderley Mascarenhas de. *Gerenciamento de Crises*: Negociação e atuação de Grupos Especiais de Polícia na solução de eventos críticos. 1995. 121 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP), São Paulo, 1995. p. 54.

<sup>105</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

## 2.4. Negociador

Em uma situação de crise, há a tese. Tese são as exigências dos causadores da crise. Há, conseqüentemente, a antítese. Esta é a postura adotada pelos policiais, tendo como base as exigências dos causadores da crise. A antítese visa chegar na síntese, que é uma solução aceitável do problema. É nesse cenário que está o negociador. Ele é uma espécie de “catalisador” entre a tese e a antítese.<sup>106</sup>

Negociador é o elemento operacional que servirá de intermediário entre os causadores do evento crítico e o comandante do teatro de operações. Ele quem negociará com o causador da crise. Não possui poder de decisão, porém é de vital importância, pois auxilia o Comandante na tomada de decisão.<sup>107</sup> O principal papel do negociador, portanto, é ser o intermediário entre os perpetradores da crise e o comandante do teatro de operações<sup>108</sup>.

Deve ser um policial especializado, com treinamento específico, ético, de conversa fácil e criativo. Somente ocupa esse cargo policiais que se voluntariaram. Não é interessante, para uma boa resolução da situação, ter um negociador que foi designado para função contra a vontade ou que não preenche os requisitos necessários<sup>109</sup>.

No Brasil, no entanto, devido à falta de uma equipe de negociadores treinada e com dedicação exclusiva para esse fim, é comum a utilização de não policiais como negociadores. Religiosos, psicólogos, políticos, apresentadores de televisão e até secretários de segurança pública já atuaram como negociadores. A falta de preparo desses coloca em risco toda a operação<sup>110</sup>.

<sup>106</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>107</sup> SOUZA, Wanderley Mascarenhas de. *Gerenciamento de Crises: Negociação e atuação de Grupos Especiais de Polícia na solução de eventos críticos*. 1995. 121 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP), São Paulo, 1995. p.56-57.

<sup>108</sup> DORIA JUNIOR, Irio; FAHNING, José Roberto da Silva. *Curso de Gerenciamento de Crise: Módulo 3*. SENASP/MJ: 2008

<sup>109</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>110</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 45

## 2.5. Grupo tático

Outro elemento essencial para o gerenciamento de uma crise é o grupo tático. Nos Estados Unidos, o grupo tático é conhecido como SWAT (*Special Weapons and Tactics*). Esse grupo é dividido em dois subgrupos: atiradores de elite ou franco-atiradores (*snipers*) e os atacantes (*assalters*), ou célula de assalto, responsável pela invasão e resgate de reféns. Na liderança do grupo está o chefe ou comandante tático<sup>111</sup>.

Tendo como base a doutrina americana da SWAT, o grupo tático deve ter os seguintes fundamentos doutrinários: ser composto por uma fração pequena de policiais (5 a 10), fundada na hierarquia disciplina e na lealdade; o recrutamento deve ser sempre voluntário; os componentes devem ser submetidos a treinamentos constantes e tão assemelhados quanto possível à realidade, trabalhando em regime de dedicação exclusiva; e que todos assumam o compromisso de matar<sup>112</sup>.

Esse último fundamento do grupo tático americano, reproduzido no Brasil, é alvo de duras críticas. Não poderia ser diferente, pois os dois principais objetivos almejados no gerenciamento de crise são a preservação da vida e a aplicação da lei. Objetivos, estes, que entram em contradição com o compromisso de matar<sup>113</sup>.

O compromisso de matar, presente no fundamento dos grupos táticos, não encontra nenhum respaldo legal, sendo, pois, uma aberração da doutrina policial. Todo o policial, sendo de um grupo tático ou não, deve respeito à Constituição e aos seus princípios. A pena de morte, no Brasil, encontra suporte jurídico apenas em tempos de guerra. Não é esse o caso. Sendo a vida o bem mais valioso tutelado pelo Estado, não pode este, na figura de um policial, assumir o compromisso de matar<sup>114</sup>.

---

<sup>111</sup> MAGALHÃES, A. C. S.; SANT'ANNA FILHO, J. M. e SOUZA, C. C. *Manual Básico de Ações Táticas Especiais da PMBA*. Salvador: PMBA, 2003.

<sup>112</sup> SOUZA, Wanderley Mascarenhas de. *Gerenciamento de Crises: Negociação e atuação de Grupos Especiais de Polícia na solução de eventos críticos*. 1995. 121 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP), São Paulo, 1995. p. 76-77.

<sup>113</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>114</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

Melhor seria lecionar que o policial tático ou *sniper* tem o dever de proteger e defender a pessoa vítima de uma agressão humana injusta, atual ou iminente. Conduta qualificada como legítima defesa de terceiros na legislação penal, não o compromisso de matar<sup>115</sup>.

## 2.6. Alternativas Táticas

Existem 4 alternativas para solucionar a crise, a saber: negociação, emprego de técnicas não letais, o tiro de comprometimento e a invasão tática. Para que o gerente da crise decida qual dessas alternativas é a mais apropriada, deve saber exatamente com qual crise está lidando, pois esta pode ser classificada em 4 graus, a depender do grau de risco<sup>116</sup>.

### 2.6.1. Graus de risco e níveis de resposta

A primeira coisa a ser feita quando se lida com uma crise é classifica-la quanto ao seu grau de risco. Esta tarefa é realizada pelo primeiro interventor, ou seja, o policial que primeiro teve contato com a crise. O 1º grau de risco é o de alto risco, como um roubo sem presença de reféns. O 2º grau é o de altíssimo risco, como um roubo com a presença de reféns. O 3º grau é o ameaça extraordinária, como ameaças de material explosivo. Por fim, o 4º grau é o de ameaça exógena, ou seja, o causador da crise tem em seu poder material radioativo ou produto de alta letalidade<sup>117</sup>.

Baseado no grau de risco da crise, deve-se decidir qual o nível de resposta apropriado. Existem 4 níveis de resposta. O nível I utiliza apenas os recursos locais (patrulheiros). O nível II de resposta ocorre quando são utilizados recursos locais e recursos especializados. O nível III de resposta utiliza recursos locais,

---

<sup>115</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

<sup>116</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015

<sup>117</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015



recursos especializados e apoio. O nível IV, por fim, utiliza recursos locais, especializados, apoio e recursos exógenos<sup>118</sup>.

Sabendo o grau de risco de uma crise e o nível de resposta adequado a esta, o Gerente da crise ficará mais seguro para tomar decisões. Esse processo é importante, pois em uma crise, o Gerente estará sempre tomando decisões das mais diversas. A tomada de decisão é uma tarefa estressante e de extrema responsabilidade, pois, além de um erro poder custar a vida de um dos envolvidos, uma decisão desproporcional ao grau de risco que a crise apresenta também irá gerar consequências para o Gerente da Crise<sup>119</sup>.

Há, para balizar e facilitar o processo decisório, critérios de ação que guiarão cada decisão do Comandante do Teatro de Operações. São eles: necessidade, validade do risco e aceitabilidade<sup>120</sup>.

O critério da necessidade diz, por óbvio, que uma decisão somente será posta em prática se realmente necessária. Caso seja dispensável, ou outra decisão menos traumática seja viável, não poderá, aquela, ser executada<sup>121</sup>.

Quanto a gravidade do risco, o Gerente deve se perguntar: “vale a pena correr este risco?”. Deve-se, portanto, calcular se o resultado almejado é superior ao risco decorrente de uma determinada ação. Se a resposta for negativa, a ação não deve ser realizada<sup>122</sup>.

Em relação a aceitabilidade, todas decisões tomadas devem ter respaldo legal, moral e ético. Legal porque não pode a polícia agir contra a lei. Seu trabalho é justamente o contrário, fazer valer a lei. O respaldo moral diz respeito a moralidade e aos bons costumes. Sendo assim, não pode, o Gerente da Crise, permitir que, caso o causador da crise exija favores sexuais de determinada mulher, essa o conceda,

---

<sup>118</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*.2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>119</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*.2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>120</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*.2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>121</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*.2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>122</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*.2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015

mesmo tendo anuência dela. Já em relação à ética, não pode ser tomada nenhuma decisão que cause constrangimento ou desmoralize a corporação policial. Assim, não pode o refém ser trocado por um policial, pois a vida deste não é menos importante do que daquele<sup>123</sup>.

E é seguindo esses critérios de ação que o Comandante do Teatro de Operações decidirá qual das alternativas táticas irá tomar. Como dito a cima, as alternativas táticas são: negociação, emprego de técnicas não letais, tiro de comprometimento e invasão tática. Não há hierarquia entre elas, podendo ser empregadas isolada ou conjuntamente, a depender da necessidade que a crise impõe<sup>124</sup>.

### 2.6.2. Negociação

A negociação é principal forma de resolução de uma crise, pois é a menos traumática. A maior parte das crises são resolvidas através da negociação. Além disso, a negociação será tentada em todas as fases do evento crítico, inclusive quando o gerente da crise já tomou a decisão de usar outra alternativa tática<sup>125</sup>.

Consiste na utilização, pela Equipe de Negociação, de técnicas de neurolinguística com intuito de estabelecer o *rapport*. *Rapport* é o sentimento proveniente de uma relação mútua de confiança entre negociador e causador da crise. É de primordial importância esse sentimento, pois ajuda a garantir um ambiente menos hostil para todos os envolvidos na crise<sup>126</sup>.

Caso não haja um policial especializado em negociações, deve-se escolher um entre os policiais envolvidos. Esse policial deve ter perfil condizente com a situação e deve sempre ser voluntário<sup>127</sup>.

---

<sup>123</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*.2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>124</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*.2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>125</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*.2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>126</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*.2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>127</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*.2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

Existem duas formas de negociação: real e tática. Na negociação real, a verdade é de extrema importância, pois a intenção é de estabelecer um vínculo de confiança (*rapport*) entre negociador e causador da crise. A negociação tática, por outro lado, tem o único objetivo de preparar o Teatro de Operações para a utilização de outra alternativa tática<sup>128</sup>.

Por isso, o negociador possui um papel tático de extrema importância dentro do teatro de operações. Esse papel tático se demonstra em três importantes funções: coleta de informações, uso de técnicas de negociações que otimizem a efetividade do risco (*risk effectiveness*) de uma ação tática e uso de técnicas de negociação específicas, como parte de uma ação tática coordenada<sup>129</sup>.

Deve, o negociador, ao se estabelecer o primeiro contato com o causador da crise, identificar-se. Deve assegurar, ao causador da crise, segurança quanto a integridade física e, por fim, perguntar como ele gostaria de ser chamado<sup>130</sup>.

Provavelmente o causador da crise responderá de forma hostil ao negociador. Este não pode se deixar influenciar por essas respostas, devendo manter sua postura empática. Empatia, esta, que não deve ser confundida com simpatia. O policial deve, na medida do possível, se projetar no lugar do causador da crise, demonstrando que compreende a situação do causador da crise, porém que não concorda com os meios utilizados por esse<sup>131</sup>.

O negociador deve manter a conversa, visando alcançar a primeira hora de conversação. Esta primeira hora é de vital importância para o bom andamento do Teatro de Operações, pois é a que apresenta maior grau de risco e tensão<sup>132</sup>.

Segundo Gilmar Luciano Mendes, a negociação que se estabelece visa atingir os seguintes objetivos: ganhar tempo, abrandar exigências, colher informações, levar o causador da crise à rendição sem o emprego da força física e prover um

---

<sup>128</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>129</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 46

<sup>130</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>131</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>132</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

suporte tático, quando da necessidade de se empregar as demais alternativas táticas<sup>133</sup>.

Para atingir esses objetivos, o negociador deve seguir 15 (quinze) regras básicas:

Estabilize e contenha a situação: o negociador deve acalmar os perpetradores, fazendo-os acreditar que estão no controle da situação. Essa tática tem o objetivo de evitar violências, por parte dos criminosos, contra os reféns<sup>134</sup>.

Escolha a ocasião correta para fazer contato: na maioria das crises, o melhor momento para se estabelecer contato com os perpetradores é quando estes tomam a iniciativa. O contato em momento inoportuno pode ser extremamente perigoso, pois os criminosos podem, com os ânimos exaltados, não querer um diálogo com policiais<sup>135</sup>.

Procure ganhar tempo: esse é, também, um objetivo da própria negociação, pois quando mais tempo durar uma a crise, maiores são as chances de uma solução positiva, haja vista essa ser mais amadurecida do que a decisões tomadas no início da crise, onde os ânimos de todos estão exaltados<sup>136</sup>.

Deixe o indivíduo falar: é melhor ser um bom ouvinte do que um bom conversador, durante uma crise. O perpetrador, ao expor seu pensamento, vai, aos poucos se acalmando. Além disso, enquanto o criminoso está falando, o negociador está ganhando tempo e evitando que o criminoso faça algo indesejado<sup>137</sup>.

Não ofereça nada ao indivíduo: embora pareça ser o apropriado a fazer, pois dessa forma os policiais mostrariam sua boa vontade e disposição para negociar, oferecer qualquer coisa aos criminosos põe os policiais em uma situação psicológica de inferioridade<sup>138</sup>.

Evite dirigir a sua atenção às vítimas com muita frequência e não as chame de reféns: ao dirigir sua atenção às vítimas, o negociador dará, aos criminosos,

---

<sup>133</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 55

<sup>134</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 61

<sup>135</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 61

<sup>136</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 61

<sup>137</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 61

<sup>138</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 61

a impressão de que estes detêm mais poder do que realmente detêm. Por esse mesmo motivo, deve-se evitar chamar as vítimas de refém<sup>139</sup>.

Seja tão honesto quanto possível e evite truques: deve-se criar uma confiança mútua entre negociador e criminosos. Essa confiança pode ser quebrada com eventuais truques por parte do negociador<sup>140</sup>.

Nunca deixe de atender qualquer exigência, por menor que seja: O causador da crise está sob forte tensão psicológica. Coisas irrelevantes em seu estado normal, podem irritá-lo profundamente. Por isso deve-se, sempre que for possível, atender suas exigências, fornecendo, por exemplo, cigarro ou água<sup>141</sup>.

Nunca diga “não” no sentido de negação: O negociador não deve responder uma exigência, por mais absurda que ela seja, com um “não”. Essa negativa pode provocar a ira dos criminosos. Não quer dizer com isso, que ele deva aceitar todas as exigências dos causadores da crise<sup>142</sup>.

Procure abrandar as exigências: se os criminosos fossem atendidos em todas suas exigências, por mais absurdas que sejam, não haveria a necessidade de um negociador. O papel do negociador é tornar as exigências razoáveis<sup>143</sup>.

Nunca estabeleça um prazo fatal e procure não aceitar um: a estipulação de um prazo fatal, na negociação, possui dois grandes problemas. O primeiro é a possibilidade de, por qualquer motivo, não conseguir se respeitar tal prazo. O segundo é que um prazo fatal vai contra um dos objetivos da negociação: ganhar tempo<sup>144</sup>.

Não faça sugestões alternativas: não sendo possível cumprir uma exigência, não deve o negociador dar uma sugestão alternativa. Isso porque somente se oferece o que pode ser cumprido<sup>145</sup>.

---

<sup>139</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 62

<sup>140</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 62

<sup>141</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 62

<sup>142</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 63

<sup>143</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 63

<sup>144</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 63

<sup>145</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 63

Não envolva não policiais no processo de negociação: somente os policiais possuem o treinamento necessário para negociação<sup>146</sup>.

Não permita qualquer troca ou retorno de reféns já libertados<sup>147</sup>.

Evite negociação cara a cara sem uma proteção física: esse tipo de estratégia não traz benefícios à negociação e, o que é pior, pode o negociador ser capturado e se tornar um refém<sup>148</sup>.

### **2.6.3. Emprego de técnicas não letais**

Técnicas não letais é a utilização de diversos equipamentos e tecnologias que, se observado o uso técnico e correto, não oferece risco a vida do causador da crise. Deve ser preferida ao tiro de comprometimento e a invasão tática, pois a vida do causador do evento crítico, assim como a de todos os envolvidos na crise, deve ser preservada<sup>149</sup>.

Temos como exemplo de técnicas não letais as munições químicas (lacrimogêneas ou não), munições de impacto controlado (elastômero), aparelhos de choque (*taser*) e a própria imobilização do causador da crise<sup>150</sup>.

Entretanto, os equipamentos tidos como não-letais devem ser empregados da forma correta. Seu mal uso pode ocasionar a morte, resultando em um desfecho indesejado da crise<sup>151</sup>.

### **2.6.4. Tiro de comprometimento letal**

O tiro de comprometimento letal será tratado mais à frente em nosso estudo.

---

<sup>146</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 64

<sup>147</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 64

<sup>148</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009. p. 65

<sup>149</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015

<sup>150</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>151</sup> *Gerenciamento de Crise*. 2008. 29f. Apostila do Curso de Formação de Agente e Escrivão de Polícia – Academia de polícia Civil Bahia, 2008

### 2.6.5. Invasão tática

Invasão tática é o uso de força, potencialmente letal, pela equipe tática. É utilizada quando as negociações não conseguiram solucionar a crise e/ou risco a vida ou integridade física do refém for iminente<sup>152</sup>.

Em uma situação na qual o Comandante do Teatro de Operações opta pelo tiro de comprometimento, a equipe tática irá, simultaneamente ao tiro, realizar a invasão para prestar socorro aos envolvidos. Essa invasão simultânea ao tiro também garante que, se o tiro não for bem-sucedido, a equipe tática neutralizará o causador da crise<sup>153</sup>.

---

<sup>152</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*.2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>153</sup> ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*.2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

### 3. Do Sniper

#### 3.1. O sniper

Não se tem, com exatidão, um marco fidedigno sobre a origem do sniper. Como explicado por Antony, há relatos que indicam a existência, desde a Grécia Antiga, de táticas de guerra na qual, a uma relativa distância, era lançado artefatos contra o inimigo<sup>154</sup>.

Com o invento da pólvora, surge a arma de fogo. Assim, as estratégias para ferir o inimigo a distância se aperfeiçoaram. O tiro de arma de fogo ocupa o lugar do arco e flecha, conseqüentemente, no lugar dos arqueiros passa a figurar os atiradores<sup>155</sup>.

Surge, como uma evolução bastante natural, a ideia de equipar as armas com lunetas, possibilitando maior precisão no tiro. Na Guerra de Secessão Norte Americana foram utilizados, pelo Coronel Hiram Berdam, fuzis equipados com tais lunetas. Os homens equipados com esses fuzis, foram chamados de *sharpshooters*, que em tradução livre significa “atirador de precisão”<sup>156</sup>.

Essa tática foi utilizada, durante a Primeira Grande Guerra, por americanos, ingleses e alemães. O objetivo era neutralizar Generais e Oficiais das tropas inimigas, pois sem eles o inimigo ficaria sem liderança<sup>157</sup>.

Os atiradores alemães trabalhavam em duplas, pois caso um errasse o tiro ou fosse alvejado, seu parceiro estaria apto a ocupar seu lugar, cumprindo o objetivo da missão. Atualmente, esse segundo atirador é conhecido como *spoter*<sup>158</sup>.

No período entre as duas grandes guerras mundiais, os norte-americanos, já prevendo que uma nova guerra se aproximava, começaram a treinar os soldados da infantaria a pé com treinamentos avançados de fuzil<sup>159</sup>.

---

<sup>154</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 26

<sup>155</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 26

<sup>156</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 26

<sup>157</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 26

<sup>158</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 26

<sup>159</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 27



Esses treinamentos eram realizados em grandes campos abertos. Uma ave de voo rápido, que as vezes ficando estática no ar próximo aos alvos, chamou a atenção dos soldados. Eles começaram a fazer pequenas competições informais, no intuito de estabelecer o melhor atirador. Quem conseguisse acertar a ave em pleno deslocamento, seria considerado um exímio atirador<sup>160</sup>.

A ave se chamava *snipe* (que no Brasil é chamada de narceja)<sup>161</sup>. Assim sendo, os melhores atiradores começaram a ser chamados de *snipers*. Até que se oficializou sua função na tropa. *Sniper* passou a ser o atirador que busca uma melhor posição de visão e tiro, utilizando, para isso, equipamentos ópticos de aproximação, como lunetas e binóculos. É, portanto, o atirador que poder ver sem ser visto, servindo de elemento surpresa<sup>162</sup>.

Os *snipers* foram utilizados, durante a Segunda Grande Guerra, tanto pelos aliados, quanto pela Alemanha Nazista. Os *snipers* russos ficaram muito conhecidos, pois causaram muitas baixas nos Oficiais nazistas, uma vez que estes eram os únicos a mascar chiclete no campo de batalha, facilitando a identificação de Oficiais pelos soviéticos<sup>163</sup>.

Entretanto, na Segunda Guerra Mundial, o *sniper* não foi empregado apenas para neutralizar Oficiais inimigos. Seu papel se expandiu no campo de batalha, sendo responsável por atingir operadores de metralhadoras, dar suporte na retirada de tropas e, devido a luneta de seu fuzil, ser uma plataforma de observação<sup>164</sup>.

Com o passar dos anos, o *sniper* foi ganhando maior importância nos conflitos bélicos e, atualmente, é utilizado em todas guerras como excelente ferramenta tática. Por sua eficiência no disparo, foram incorporados *snipers* nas tropas policiais de todo o mundo<sup>165</sup>.

---

<sup>160</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 27

<sup>161</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 27

<sup>162</sup> VEIGANTES, Marcelo. *Tiro de comprometimento: a responsabilidade do comandante do teatro de operações em operações policiais de alto risco*. 2008. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Curso de Direito) – Faculdade Campo Real, Guarapuava, 2008. p. 43.

<sup>163</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 27

<sup>164</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 27

<sup>165</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 27

Os Estados Unidos foram os primeiros a utilizar o *sniper* nas tropas policiais. Em meados de 1950, os ex-combatentes da Segunda Guerra que retornaram ao país com problemas psicológicos e traumatizados, se abrigavam em prédios ou em bosques e efetuavam disparos contra a população. Por não ser, o tiro de precisão, protocolo de ação da polícia da época, eram chamados caçadores habilidosos da região, a fim de se neutralizar a pessoa que disparava contra a população<sup>166</sup>.

Em 1970, o problema se agravou com os ataques terroristas que os Estados Unidos começaram a sofrer. As polícias americanas se mostravam ineficientes para resolver essas ameaças, principalmente se elas envolviam reféns. Foi adotado, portanto, o modelo europeu. Assim surgiu as SWATs (Special Weapons and Tactics Teams). Dentre as alternativas adotadas para resolver a crise pela SWAT, o *sniper* aparecia na terceira opção<sup>167</sup>.

No Brasil, o GATE (Grupamento de Ações Táticas Especiais) foram os primeiros a utilizar os *snipers* policiais<sup>168</sup>.

É importante, nessa parte do nosso estudo, diferenciar o *sniper* militar do *sniper* policial. Este, não possui a intenção de matar. Somente efetuará um disparo em caso de extrema necessidade em situações de crise. Seu objetivo é proteger a vida da vítima e restaurar a ordem pública. Aquele, por outro lado, tem sim o compromisso de matar, pois só atuará em tempos de guerra. Sua finalidade é causar baixas importantes e estratégicas na tropa inimiga<sup>169</sup>.

Outro papel relevante – e muito mais comum do que o tiro de comprometimento – do *sniper* policial é o de observação e colheita de informações a respeito do ponto crítico. O *sniper* utiliza equipamentos ópticos de aproximação, destarte consegue obter uma visão privilegiada do que está acontecendo no ponto crítico<sup>170</sup>.

---

<sup>166</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 27/28

<sup>167</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 28

<sup>168</sup> SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011. p. 28

<sup>169</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009..

<sup>170</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

### 3.1.1. Processo de preparação do sniper

É depositado, no *sniper*, pelo demais policiais, muita confiança, haja vista seu tiro ter que ser perfeito, pois não há margem para erro. Muitas vezes o tiro de seu fuzil passa a centímetros da cabeça de seus companheiros. Em outros casos, seu erro pode custar a vida de um eventual refém. Daí a expressão, muito comum nas forças armadas norte americanas, usada para se referir ao *sniper*: “*one shot, one kill*” (um tiro, uma morte)<sup>171</sup>.

Sendo assim, o treinamento desse policial deve ser rigoroso e seletivo. Geralmente, o policial é escolhido dentro do próprio grupo tático, onde seus companheiros conhecem seu potencial como atirador. Sua capacidade de atirar deve ser um talento intrínseco, pois o nível de precisão necessário de um *sniper* não é adquirido no treinamento. Atiradores medianos alcançam, com o treinamento, bons resultados, mas não são suficientes para atuar nessa função<sup>172</sup>.

Os fundamentos de um tiro são repetidos a exaustão, pois o policial deve conhecer seu equipamento e aperfeiçoar o tiro. É no treinamento que o *sniper* irá “zerar” sua arma. Zerar a arma é ajustá-la a uma determinada distância e definir a curva balística, que será base para eventuais correções de um futuro tiro, levando em consideração o vento, a temperatura, a umidade relativa do ar e a distância do alvo<sup>173</sup>.

Dessa forma, a precisão e a eficácia do *sniper* depende de três fatores: habilidade do atirador, armamento e munição adequada e treinamento. Os três fatores são dependentes entre si, não havendo hierarquia entre eles. O atirador precisa ter, como já dito acima, um talento natural e o seu treinamento deve ser rigoroso, exigindo o máximo de sua disciplina<sup>174</sup>.

Entretanto, a munição e o armamento merecem especial destaque em nosso estudo. Um tiro de precisão confiável depende de equipamentos de alta

---

<sup>171</sup> SILVA, Luciano André da Silveira e. *A responsabilidade penal dos agentes policiais no gerenciamento de crises em ocorrências com reféns*. 2011. 50 f. Monografia (Graduação) – Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, Brasília, 2011. p.20

<sup>172</sup> SILVA, Luciano André da Silveira e. *A responsabilidade penal dos agentes policiais no gerenciamento de crises em ocorrências com reféns*. 2011. 50 f. Monografia (Graduação) – Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, Brasília, 2011. p.20

<sup>173</sup> SILVA, Luciano André da Silveira e. *A responsabilidade penal dos agentes policiais no gerenciamento de crises em ocorrências com reféns*. 2011. 50 f. Monografia (Graduação) – Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, Brasília, 2011. p.20

<sup>174</sup> SILVA, Luciano André da Silveira e. *A responsabilidade penal dos agentes policiais no gerenciamento de crises em ocorrências com reféns*. 2011. 50 f. Monografia (Graduação) – Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, Brasília, 2011. p.20

precisão e de elevada qualidade. A munição deve ser a indicada pelo fabricante do fuzil de precisão. Ocorre que as fabricantes de munição brasileiras não são homologadas pela maioria dos fabricantes internacionais de fuzis de alta precisão. Porém, devido ao alto custo das munições internacionais (de melhor qualidade), muitos Estados brasileiros compram a munição nacional (de menor valor), o que inevitavelmente compromete a qualidade do tiro<sup>175</sup>.

### **3.2. O tiro de comprometimento letal**

O tiro de comprometimento recebe esse nome porque ele deve obter o máximo de precisão. Por essa necessidade de que o tiro seja infalível, surge a denominação “de comprometimento”, pois esse tiro deve ser comprometido com o acerto. É um tiro de precisão que apenas policiais muito bem treinados são capazes de realizar<sup>176</sup>.

---

<sup>175</sup> SILVA, Luciano André da Silveira e. *A responsabilidade penal dos agentes policiais no gerenciamento de crises em ocorrências com reféns*. 2011. 50 f. Monografia (Graduação) – Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, Brasília, 2011. p. 22

<sup>176</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

## 4. Da consequência jurídica do tiro

### 4.1. Direito à vida

O artigo 5º, caput, da Constituição Federal tutela a vida humana. Esta é composta de elementos materiais (físicos e psíquicos) e elementos imateriais (espirituais). É a fonte primária de todos os outros bens jurídicos e, por conseguinte, é o mais importante. Seria sem efeito o Estado garantir a igualdade ou a liberdade, por exemplo, se não há vida humana para gozá-las<sup>177</sup>.

O direito à vida está profundamente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana. O raciocínio que tivemos ao estudar esse princípio ganha mais força ao analisarmos o direito à vida. Sendo assim, se considerarmos apenas o dever constitucional do Estado proteger a vida de seus governados, o tiro de comprometimento letal não encontraria respaldo jurídico que o defendesse.

### 4.2. Teoria do crime

O Código Penal vigente atualmente não nos informa um conceito de crime. Limita-se a cominar ao crime uma pena de reclusão ou detenção, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa. Essa definição é suficiente, apenas, para distinguir crime de contravenção (apesar dessa regra ter sido quebrada pela Lei nº 11.343/2006). Assim, coube a doutrina definir o conceito de crime<sup>178</sup>.

A doutrina atuou para preencher essa lacuna legislativa. Surgiram, então, através dos anos, diversos conceitos para crime. Os principais foram os conceitos: formal, material e analítico<sup>179</sup>.

O conceito formal está relacionado ao princípio da legalidade do direito penal (não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem lei anterior que a comine)<sup>180</sup>. Dessa forma, esse conceito se mostra dependente do Direito positivo, sendo crime o que a lei penal vigente incrimina<sup>181</sup>.

---

<sup>177</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 200

<sup>178</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010. p. 135

<sup>179</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010. p. 136

<sup>180</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 173

<sup>181</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p 201

O conceito material, por sua vez, define crime como sendo todo fato humano que ofende um bem jurídico tutelado. Em outras palavras, o conceito material de crime antecede a própria lei que definirá determinada conduta como crime. É a sociedade que julga tal conduta reprovável e merecedor de proibição. Essa proibição é imposta mediante a aplicação de uma sanção penal<sup>182</sup>.

Não são, esses dois conceitos, suficientes para definir o que é crime. O conceito formal peca em não prever as excludentes de ilicitude ou de culpabilidade, que afastam o crime. O conceito material, por sua vez, ao considerar apenas o princípio da intervenção mínima, ignora o fato de, mesmo sendo de suma importância social, um bem que não é protegido pelo ordenamento jurídico, se for agredido, não será essa agressão um crime<sup>183</sup>.

Devido aos vazios deixados por esses conceitos, surge um novo, que analisa cada um dos elementos que compõem o delito. É o chamado conceito analítico. Assis Toledo e Luiz Regis Prado definem crime como ação típica, ilícita e culpável. Rogério Greco, por sua vez, afirma que, sem modificar esse conceito, podemos chamar a ação típica de fato típico, pois fato engloba a conduta do agente, o resultado dessa conduta e o nexo de causalidade entre os dois<sup>184</sup>.

Fato típico, portanto, é composto por: conduta (dolosa ou culposa), resultado (que advém da conduta), nexo de causalidade entre a conduta e o resultado e tipicidade (geral ou conglobante)<sup>185</sup>.

A ilicitude é o descompasso entre conduta e lei. É a conduta que desrespeita o sistema normativo. A licitude é encontrada por exclusão. Sendo assim, a ilicitude é presumida, sendo lícita a conduta, apenas, se o agente estiver amparado por uma causa excludente de ilicitude, previstas no artigo 23 do Código Penal<sup>186</sup>.

---

<sup>182</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 172

<sup>183</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010. p. 136

<sup>184</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

<sup>185</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010. p. 138

<sup>186</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010. p. 138

Culpabilidade é o juízo de reprovação que se faz sobre a conduta ilícita do agente. São elementos integrantes da culpabilidade: imputabilidade, potencial consciência sobre a ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa<sup>187</sup>.

#### 4.2.1. Tipo total de injusto

O tipo total de injusto, fruto da teoria dos elementos negativos do tipo, consiste na junção do tipo e da ilicitude (ou antijuridicidade). A ilicitude, para essa teoria, integraria a tipicidade do fato. Entretanto, as teorias acerca do tipo e da ilicitude, até a criação do tipo total de injusto, passaram por evoluções, sendo importante destacar 3 fases: tipo avalorado, tipo indiciário e teoria da identidade.

A teoria do tipo avalorado, criada por Ernst von Beling, estabelece que o tipo não possui qualquer ligação com a antijuridicidade, tendo apenas um papel descritivo e, por isso, avalorado. O tipo, para Beling, é objetivo, uma vez que os elementos subjetivos pertencem a culpabilidade, e livre-de-valor, pois toda valoração legal integra a ilicitude, tornando o tipo neutro<sup>188</sup>.

Surge, posteriormente, a teoria do tipo indiciário. Para esta teoria, a tipicidade é *ratio cognoscendi* da ilicitude. Sendo assim, a tipicidade é, em regra, indício de ilicitude. Até prova em contrário, portanto, toda conduta típica é ilícita, haja vista esta ser presumida. É importante colocar em evidência que a ilicitude, para o tipo indiciário, é apenas *ratio cognoscendi* do tipo, mas não o compõe. Tipo e antijuridicidade são elementos independentes, sendo este indício daquele. Pode ocorrer, em um caso concreto, da presunção não ser verdadeira. Por esse motivo, a ilicitude como consequência do tipo é a regra, mas a comprovação dessa presunção é necessária<sup>189</sup>.

Por fim, surge a teoria da identidade. Segundo esta, tipo é *ratio essendi* da antijuridicidade. Tipicidade, destarte, é componente da antijuridicidade. O delito passa a ser uma ação tipicamente antijurídica e culpável. Quem realiza uma conduta típica, realiza, por conseguinte, uma conduta antijurídica. A única forma de afastar

---

<sup>187</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010. p. 139

<sup>188</sup> CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *A moderna teoria do fato punível*. 3ª ed. Curitiba: Fórum, 2004. p. 34.

<sup>189</sup> VARGAS, José Cirilo de. *Introdução ao estudo dos crimes em espécie*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993. p. 54.

essa antijuridicidade é a ocorrência de uma causa de exclusão do injusto. Assim, nas palavras de Juarez Cirino dos Santos, “a antijuridicidade da ação típica é determinada por um critério negativo: a ausência de causas de justificação”<sup>190</sup>.

Como uma variação da teoria da identidade, surge a teoria dos elementos negativos do tipo, por obra de Adolf Joseph Matthäus Merkel. De acordo com o autor, ao estabelecer uma pena à conduta por ela descrita, as leis penais declaram, implicitamente, uma proibição e, conseqüentemente, uma antijuridicidade<sup>191</sup>.

Para Merkel, o tipo de injusto possui uma face positiva e outra negativa. A face positiva é a descrição da conduta proibida. A face negativa é a ausência de uma causa de justificação, que afastaria a ilicitude (excludentes de ilicitude). Isto posto, a presença de um elemento negativo – excludente de ilicitude – afastaria a tipicidade do fato, uma vez que a ilicitude é, para esta teoria, parte da tipicidade. A conduta, portanto, seria atípica<sup>192</sup>.

Crime, portanto, é uma ação típica, possuindo uma face positiva e uma face negativa, e culpável. Sendo assim, para teoria dos elementos negativos do tipo, são apenas consideradas, para caracterização de crime, o tipo e a culpabilidade, pois a ilicitude compõe o tipo. Nada impede, entretanto, que a ilicitude seja analisada separadamente. Para isso, basta analisar a face negativa do tipo, pois, assim, estará analisando, em separado, a ilicitude do fato<sup>193</sup>.

O chamado tipo total de injusto, que nasce como consequência da teoria dos elementos negativos do tipo, é o resultado da união das faces positiva e negativa do tipo, ou seja, da inclusão das causas de justificação no tipo legal do crime. Assim, constatando-se a tipicidade de uma ação, já está se constatando, implicitamente, a

---

<sup>190</sup> CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *A moderna teoria do fato punível*. 3ª ed. Curitiba: Fórum, 2004. p. 54.

<sup>191</sup> GUIMARÃES, Rodrigo Suzana. *Tipo Total de Injusto e Processo Constitucional: a teoria dos elementos negativos do tipo e sua repercussão no ônus da prova no processo penal*. 2008. 107 f. Tese (pós-graduação) – Programa de pós-graduação em Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 44.

<sup>192</sup> GUIMARÃES, Rodrigo Suzana. *Tipo Total de Injusto e Processo Constitucional: a teoria dos elementos negativos do tipo e sua repercussão no ônus da prova no processo penal*. 2008. 107 f. Tese (pós-graduação) – Programa de pós-graduação em Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 45.

<sup>193</sup> REALE JÚNIOR, Miguel. *Instituições de direito penal: parte geral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. I. p. 147.



inocorrência de causa de justificação e, conseqüentemente, a ilicitude da ação. Tipicidade e ilicitude convergem numa só figura, a do tipo total de injusto<sup>194</sup>.

A inclusão das causas de justificação no tipo legal do crime, ainda que implicitamente, uma vez que aquelas se encontram na parte geral e essas na parte especial do Código Penal, transforma as normas permissivas em faces negativas do tipo de injusto. O delito é, então, analisado sob uma perspectiva bipartida, pois, para um fato ser punível, devem estar presentes: o tipo total de injusto e a culpabilidade<sup>195</sup>.

### 4.3. Erro na execução (*aberratio ictus*)

A palavra erro aqui não deve ser entendida como uma falsa percepção da realidade. No erro na execução, ou *aberratio ictus*, o agente tem total compreensão da realidade, sabe o que acontece em sua volta e sabe exatamente o que vai fazer, entretanto, por um erro no golpe, erra seu alvo, deixando de acertar quem pretendia e acertando pessoa diversa<sup>196</sup>. Por se tratar de erro accidental, o erro na execução não exclui a tipicidade do fato<sup>197</sup>.

Existem dois tipos de erro na execução, a saber: com resultado único (o agente atinge somente terceiro) e com resultado duplo (o agente atinge quem pretendia atingir e também um terceiro). Para nosso Código Penal, havendo somente um resultado, haverá somente um crime, respondendo como se tivesse praticado o crime contra quem realmente pretendia. Havendo resultado duplo, haverá concurso formal de crimes, pois com apenas uma ação, o agressor comete dois crimes<sup>198</sup>.

É o que estabelece o art. 73 do Código Penal:

Art. 73 - Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se ao disposto no § 3º do art. 20 deste Código. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do art. 70 deste Código.

<sup>194</sup> GUIMARÃES, Rodrigo Suzana. *Tipo Total de Injusto e Processo Constitucional: a teoria dos elementos negativos do tipo e sua repercussão no ônus da prova no processo penal*. 2008. 107 f. Tese (pós-graduação) – Programa de pós-graduação em Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 55.

<sup>195</sup> CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *A moderna teoria do fato punível*. 3ª ed. Curitiba: Fórum, 2004. p. 4.

<sup>196</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010. p. 586

<sup>197</sup> JESUS, Damásio de. *Direito Penal: Parte Geral*. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 362

<sup>198</sup> JESUS, Damásio de. *Direito Penal: Parte Geral*. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 363

#### 4.4. Das excludentes de ilicitude

##### 4.4.1. Estrito cumprimento do dever legal

O estrito cumprimento do dever legal está previsto no art. 23, inciso II, 1ª parte, do Código Penal. Estabelece que o agente que age no cumprimento de um dever imposto pelo ordenamento jurídico, não comete crime.<sup>199</sup> Por esse motivo, embora típica, a conduta não será ilícita<sup>200</sup>.

De fato, não pode ser considerado ilícito a conduta imposta pela lei, ressalvada a hipótese de excesso. Havendo excesso, o cumprimento do dever legal não será estrito, uma vez que desobedecida as delimitações feitas pela lei. Não estará, portanto, o excesso protegido por essa excludente de ilicitude<sup>201</sup>.

Deve-se obedecer, assim, os requisitos do estrito cumprimento do dever legal. Sendo o requisito objetivo o cumprimento regular, ou seja, nos exatos limites impostos pela lei; e requisito subjetivo o conhecimento desse dever imposto e o *animus* de cumpri-lo obedecendo exatamente o disposto na lei<sup>202</sup>.

Há, na conduta de quem age protegido pelo estrito cumprimento de um dever legal, um conflito de deveres. O dever que emana de uma norma do ordenamento jurídico colide com o dever de não realizar uma ação proibida (ou de realizá-la, nos delitos omissivos)<sup>203</sup>.

Dessa forma, para que a ação típica seja lícita, deve o dever de cumprir o disposto na lei ser de nível superior ou, ao menos, igual ao dever de omitir a ação proibida. Se o dever cumprido for de nível inferior ao infringido, será ilícita a conduta<sup>204</sup>.

Da leitura desses requisitos, conclui-se que não pode, o agente, agir com excessos. Logo, o tiro de comprometimento do *sniper* não encontra respaldo nessa causa de excludente de antijuridicidade. Caso contrário, seria o mesmo de delegar ao

---

<sup>199</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 332

<sup>200</sup> JESUS, Damásio de. *Direito Penal: Parte Geral*. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 441

<sup>201</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 332

<sup>202</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 334

<sup>203</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 333

<sup>204</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 334

agente de polícia o dever de matar. Sabemos que, na realidade, seu dever é o de proteger<sup>205</sup>.

O já estudado princípio da legalidade, quando estudado sob a perspectiva do Estado, diz que este somente poderá atuar segundo o que está autorizado ou determinado por lei. A lei o investe no poder de garantir e salvaguardar a vida. A única possibilidade de pena de morte, no Brasil, é em tempos de guerra, prevista pelo Código Penal Militar. Não sendo esse o caso em comento. Em vista disso, podemos afirmar o tiro de comprometimento letal do policial *sniper* não é um estrito cumprimento do dever legal<sup>206</sup>.

Não se confunde, entretanto, o tiro de comprometimento com as demais ações policiais que interferem e visam gerenciar um evento crítico. Estas ocorrem no estrito cumprimento do dever legal. Isso porque, a segurança pública é um dever do Estado. Isto é, a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Haja vista a ação policial em um evento crítico ter por finalidade a restauração da ordem pública, esta encontra sim respaldo legal na excludente ora estudada<sup>207</sup>.

#### 4.4.2. Legítima defesa (de terceiros)

O instituto da legítima defesa está definido no artigo 25 do nosso Código Penal. *In verbis*: “Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”<sup>208</sup>.

<sup>205</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>206</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>207</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>208</sup> BRASIL. Código Penal. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 31 de mar. de 2017.

Analisando tal artigo pelo ponto de vista objetivo, temos que os meios necessários devem ser usados de forma moderada. Dessa forma, afasta-se eventuais excessos do agente, que não poderiam ser entendidos como legítima defesa<sup>209</sup>.

É a moderação que traça o limite da legítima defesa. A gravidade da lesão causada por esta deve ser proporcional à relevância da agressão<sup>210</sup>. O marco dessa proporcionalidade é o fim da agressão. Se o agente age até cessar a agressão, agiu de forma moderada. Se ultrapassado esse marco, há a caracterização de excesso<sup>211</sup>.

Meios necessários são todos aqueles disponíveis capazes de repelirem a agressão. Deve-se respeitar o princípio da proporcionalidade, pois como preconiza o artigo 25 do Código Penal, deve haver moderação na defesa do ofendido. Caso contrário, estaremos diante de excesso de legítima defesa<sup>212</sup>.

Mirabete, por outro lado, entende que os meios necessários não precisam respeitar a proporcionalidade. Para o respeitável autor, meios necessários são aqueles que o agente dispõe no momento em que se defende da agressão, podendo ser desproporcional se for o único meio disponível no momento<sup>213</sup>. Seguindo esse mesmo entendimento, Welzel afirma que “a necessidade é independente de uma proporcionalidade entre o bem agredido e a lesão necessária para sua proteção”<sup>214</sup>. Em que pese esse entendimento, ambos autores defendem que deve haver limites para legítima defesa, caso contrário haverá excesso do agente.

Na legítima defesa, a agressão a qual o agente se defende deve ser proveniente de uma ação humana. Não há de se falar em legítima defesa caso a agressão parta, por exemplo, de um animal<sup>215</sup>.

Ademais, a agressão deve ser injusta. Por injusta, entende-se que não pode ser amparada, de qualquer modo, por nosso ordenamento jurídico. Não quer dizer, entretanto, que a agressão deva ser criminosa. O furto de uso, por exemplo, não é considerado crime, sendo apenas um ilícito civil. Mesmo assim, pode o agente

---

<sup>209</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 333

<sup>210</sup> WELZEL, Hans. *Direito Penal*. Tradução: Dr. Afonso Celso Rezende 1. ed. Campinas-SP: Romana, 2003. p. 143

<sup>211</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 334

<sup>212</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 332

<sup>213</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 332

<sup>214</sup> WELZEL, Hans. *Direito Penal*. Tradução: Dr. Afonso Celso Rezende 1. ed. Campinas-SP: Romana, 2003. p. 143

<sup>215</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 328

defender seu patrimônio, amparado pela legítima defesa, contra o furto de uso, haja vista ser uma agressão injusta ao bem jurídico do agente<sup>216</sup>.

Atual é a agressão que já está ocorrendo. Agressão iminente, por outro lado, é a agressão que está prestes a ocorrer. Para ser iminente, entretanto, não pode ser, a agressão, futura. Iminente é a agressão momentos antes dela acontecer, ou seja, acontecerá quase que imediatamente<sup>217</sup>.

Assim, caso uma pessoa ameace de morte, apenas com palavras, outra pessoa, esta, caso venha a se defender lesionando ou até matando aquela, não poderá ser assistida pelo instituto da legítima defesa. Isso porque não houve uma agressão, nem mesmo iminente. Poderá, no entanto, ser assistido por outros institutos do direito penal, como por exemplo a inexigibilidade de conduta diversa<sup>218</sup>.

Por fim, a legítima defesa pode ser em defesa de direito próprio ou de terceiros. Essa é a chamada legítima defesa de terceiro, ocorre quando o agente age para proteger bens de uma terceira pessoa, e aquela é a legítima defesa própria, quando o agente defende seu próprio bem jurídico<sup>219</sup>.

Vale ressaltar que não são apenas os bens jurídicos penalmente reconhecidos capaz de serem defendidos com amparo da legítima defesa<sup>220</sup>. Com exceção dos bens jurídicos comunitários (e.g., a fé pública, a saúde pública, a ordem pública), a legítima defesa garante que todos os bens são passíveis de defesa<sup>221</sup>.

Essa regra, todavia, é válida apenas para a legítima defesa própria. Bens jurídicos considerados disponíveis não são protegidos pela legítima defesa quando essa defender direito de terceiro. Em outras palavras, bens disponíveis de terceira pessoa não são protegidos pela legítima defesa<sup>222</sup>.

Já sob o espectro subjetivo, deve o agente agir com *animus defendendi*, ou seja, o agente deve agir com a intenção de se defender ou defender outra pessoa (se estivermos diante da legítima defesa de terceiros). Nélson Hungria, por outro lado,

---

<sup>216</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 328/329

<sup>217</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 334

<sup>218</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 334

<sup>219</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 336

<sup>220</sup> WELZEL, Hans. *Direito Penal*. Tradução: Dr. Afonso Celso Rezende 1. ed. Campinas-SP: Romana, 2003. p. 141

<sup>221</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 327

<sup>222</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. P. 336

entendia ser necessário apenas o elemento objetivo para caracterizar-se legítima defesa<sup>223</sup>.

Dessa forma, poderá haver esta excludente de ilicitude ainda que o agente haja com *animus necandi*. Não é esta a corrente majoritária atualmente. Nélson Hungria era um causalista e, em sua época, a teoria causalista era a dominante no Direito Penal pátrio. Nesta, o elemento subjetivo não era analisado no injusto penal. Eram analisados apenas se a conduta era típica e ilícita. O elemento subjetivo era analisado apenas na culpabilidade<sup>224</sup>.

Com a teoria finalista, o elemento subjetivo passa a ser analisado na conduta. Sendo a ilicitude adjetivo dado a conduta, todo aspecto subjetivo presente nesta ocorreram, conseqüentemente, naquela. Atualmente, essa é a corrente majoritária e, por esse motivo, o elemento subjetivo é indispensável para que ocorra a legítima defesa<sup>225</sup>.

Ademais, Rogério Greco, ao lecionar sobre a legítima defesa, afirma que, para que essa ocorra, é preciso que haja uma real impossibilidade da atuação do Estado, responsável pela garantia da segurança pública<sup>226</sup>.

Miguel Reale Júnior, seguindo esse mesmo entendimento, cita Grosso, em sua obra Teoria do delito. Este, expõe a necessidade, para que o agente se encontre protegido no instituto da legítima defesa, de haver uma impossibilidade de intervenção tempestiva do Estado<sup>227</sup>.

A importância da impossibilidade de atuação tempestiva do Estado, para caracterização da legítima defesa, é que este tem o dever constitucional de zelar por nossos direitos. Todavia, não consegue, o Estado, na figura de seus representantes, ser onipresente. Assim, diante da não tutela estatal, é permitido aos cidadãos, somente nessas situações, agir em sua própria defesa<sup>228</sup>.

O doutrinador paulista José Cezero Mir, ao contrário, entende que a incapacidade da atuação do Estado não é pré-requisito à legítima defesa. Nesse sentido, leciona o autor:

A impossibilidade de atuação do Estado não é sequer um pressuposto ou requisito da legítima defesa. Se a agressão coloca em perigo o bem

<sup>223</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 337

<sup>224</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 337

<sup>225</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 337/338

<sup>226</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 325

<sup>227</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 325

<sup>228</sup> GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 324

jurídico atacado, a defesa é necessária com independência de que os órgãos do Estado possam atuar ou não nesse momento de um modo eficaz. Se o particular, ao impedir ou repelir a agressão, não vai mais além do estritamente necessário e concorrem os demais requisitos da eximente, estará amparado pela mesma, ainda que um agente da autoridade houvesse podido atuar nesse mesmo momento, do mesmo modo.<sup>229</sup>

Há, portanto, uma divergência na doutrina em relação à legítima defesa. É pacífico o entendimento de que se trata de uma possibilidade de autodefesa, em que o agredido é conduzido a reagir a uma agressão que viola bem jurídico de sua titularidade<sup>230</sup>.

A divergência, no entanto, diz respeito a legítima defesa ser fruto, ou não, da impossibilidade de atuação do Estado. O Código Penal, em seu artigo 25, ao tratar desse instituto, não estipula, dentre os elementos caracterizadores deste, a impossibilidade de atuação do Estado. Por esse prisma, não deve ser essa impossibilidade requisito para a legítima defesa<sup>231</sup>.

Ademais, o agente estatal pode, quando no estrito cumprimento do dever legal, se valer da legítima defesa para excluir a ilicitude de seu ato. Sendo ele representante do Estado, não há que se falar em impossibilidade de atuação deste<sup>232</sup>.

Concluindo, o policial não pode ser privado de defender sua vida ou de terceiros. Vida é um bem indisponível. É, inclusive, princípio que regula a atividade policial o dever de prestação da segurança pública e o dever de proteção. Tem, os policiais, portanto, o dever de agir. Neste caso, o próprio Estado utiliza desse permissivo legal<sup>233</sup>.

<sup>229</sup> CEREZO MIR, José. Apud GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2010. p. 325

<sup>230</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>231</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>232</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>233</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

O policial *sniper*, portanto, encontra respaldo jurídico nessa excludente de ilicitude. O tiro de comprometimento é uma forma de legítima defesa de terceiro, contra uma injusta agressão ou ameaça, desde que haja proporcionalidade e moderação no uso da força<sup>234</sup>.

#### 4.5. Do crime de homicídio

O homicídio está previsto no artigo 121 do Código Penal. Faremos, neste tópico, uma análise dos pontos importantes desse artigo para o presente estudo.

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

##### **Caso de diminuição de pena**

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

##### **Homicídio qualificado**

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.<sup>235</sup>

Os elementos objetivos do tipo, portanto, são “matar” e “alguém”. Por conseguinte, o objeto jurídico tutelado é a vida humana. Há, por esse motivo, uma estreita ligação entre o homicídio e o nascimento do próprio Direito Penal. Desde as sociedades mais primitivas, a vida sempre encontrou proteção, pois esta foi o primeiro bem jurídico tutelado<sup>236</sup>.

Uma vez que o bem jurídico protegido é a vida, temos que definir, precisamente, o que é vida e quando se estabelece o fim desta. A vida que o artigo

<sup>234</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>235</sup> BRASIL. Código Penal. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 31 de mar. de 2017.

<sup>236</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 639



121 do Código Penal trata é a vida humana. Protege-se, pois, a vida humana sem qualquer restrição, haja vista nossa Constituição, em seu artigo 5º, caput (já analisado em nosso presente estudo), estabelecer a igualdade de todos, sem qualquer distinção<sup>237</sup>.

A vida humana começa a ser tutelada, pelo artigo em comento, a partir do início fenômeno parto até sua extinção. Essa extinção ocorre com a morte da pessoa. A morte ocorre no momento em que determinada função vital do corpo humano sofrer determinada lesão irreversível, dado que a morte é um fenômeno irreversível. Tem-se, pois, consenso entre médicos e juristas de que o momento da morte ocorre com a morte encefálica<sup>238</sup>.

O homicídio é um delito comum, sendo assim, não é exigível nenhuma qualificação especial para cometer tal crime. O sujeito ativo, conseqüentemente, pode ser qualquer pessoa<sup>239</sup>.

Não pode, conquanto, o sujeito ativo ser a própria vítima. Nesse caso, não haveria crime, pois quando o sujeito ativo se confunde com o sujeito passivo do homicídio, ocorre o suicídio (fato atípico)<sup>240</sup>. Por esse motivo, a disponibilidade da própria vida é admitida somente se a disponibilidade for *manu própria*.<sup>241</sup> O suicídio, apesar de não ser considerado crime, se houver instigação, induzimento ou auxílio de alguém, este estará cometendo crime, devidamente tipificado pelo artigo 122 do Código Penal<sup>242</sup>.

O sujeito passivo é, no homicídio, o ser humano com vida, podendo ser qualquer pessoa, e se confunde com o objeto material do delito, uma vez que é sobre ele que recai a conduta do agente. Vale ressaltar que, para esse delito, interessa apenas a vida extrauterina, caso contrário ocorrerá o crime de aborto (art. 124, do

---

<sup>237</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 630

<sup>238</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 632

<sup>239</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 631

<sup>240</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa*. 11. ed. São Paulo: Saraiva. p.48

<sup>241</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 631

<sup>242</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa*. 11. ed. São Paulo: Saraiva. p.48

CP). Por isso, para o homicídio a vida humana, como já dissemos, começa a ser tutelada a partir do início do fenômeno parto<sup>243</sup>.

Pode ser empregado qualquer meio para prática do crime, haja vista tratar-se de delito de forma livre, podendo ser utilizados meios diretos ou indiretos e materiais ou morais. São diretos os meios que o agente utiliza para, de forma imediata, atingir pessoalmente o sujeito passivo (ex: disparos). Indiretos são os meios os quais o agente não atinge o sujeito passivo pessoalmente, conduzindo a morte de forma mediata (ex: ataque animal)<sup>244</sup>.

O elemento subjetivo do crime é o dolo ou a culpa, a depender do caso concreto.<sup>245</sup> O dolo é, segundo Luiz Regis Prado, a vontade livre e consciente de realizar a conduta dirigida à produção da morte de outrem (*animus necandi*)<sup>246</sup>. Pode ser direto ou eventual. A culpa, diferentemente, ocorre quando o agente age com imprudência, negligência ou imperícia. É admissível o delito de homicídio por omissão. Ocorre quando há um garantidor do bem jurídico tutelado (vida humana) que não realiza ação alguma a fim de tentar evitar o resultado morte da vítima, a quem ele deveria proteger<sup>247</sup>.

O homicídio é um delito instantâneo de efeitos permanentes, consuma-se com a morte encefálica da vítima. Não se alcançando o resultado morte por circunstâncias alheias a vontade do agente, teremos o homicídio tentado. Admite-se, portanto, a tentativa<sup>248</sup>.

---

<sup>243</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 631

<sup>244</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 633

<sup>245</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 840

<sup>246</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 633

<sup>247</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 433

<sup>248</sup> PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 634

## 4.6. Análise de casos práticos

Como já estudo, crime, no conceito analítico, majoritariamente adotado hoje em dia, é toda conduta típica, antijurídica e culpável. Por óbvio, a análise de qualquer fato deve analisar esses três critérios<sup>249</sup>.

Ao analisarmos cada caso do tiro de comprometimento, iremos, primeiro verificar a conduta. Sendo a análise positiva, verificaremos a existência de tipicidade. Se a conduta analisada for típica, analisaremos se há antijuricidade. Por fim, sendo a conduta típica e antijurídica, o último passo será definir se há culpabilidade<sup>250</sup>.

Em todos os casos possíveis, haverá uma conduta, pois para que se efetue o tiro é necessária uma ação humana consciente e voluntariamente dirigida a uma finalidade. A tipicidade também está presente em todos os casos, pois ou o tiro irá matar alguém, ou irá lesionar. A antijuridicidade e a culpabilidade serão analisadas em cada caso<sup>251</sup>.

### 4.6.1. Disparo autorizado que atinge apenas o causador da crise

Quando não restam mais alternativas, pois as tentativas de negociação falharam e os meios não letais, por qualquer motivo, não puderem ser usados, o Comandante do Teatro de Operação optará pelo tiro de comprometimento. Esse tiro será bem-sucedido se atingir apenas o causador da crise<sup>252</sup>.

Conforme a teoria tripartite do crime, já tratada no presente estudo, crime é uma conduta humana típica, antijurídica (ilícita) e culpável. Na situação em comento, conduta humana e a tipicidade desta estão presentes. O tiro realizado pelo policial *sniper*, ao apertar o gatilho de seu fuzil, é a conduta humana. Essa conduta – matar

<sup>249</sup> PEGORARO, Bruno Régio. Tiro de comprometimento (sniper). Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1700, 26 fev. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/10984/tiro-de-comprometimento-sniper>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

<sup>250</sup> PEGORARO, Bruno Régio. Tiro de comprometimento (sniper). Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1700, 26 fev. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/10984/tiro-de-comprometimento-sniper>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

<sup>251</sup> PEGORARO, Bruno Régio. Tiro de comprometimento (sniper). Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1700, 26 fev. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/10984/tiro-de-comprometimento-sniper>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

<sup>252</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

alguém – se enquadra ao descrito no artigo 121, caput, do Código Penal Brasileiro. A conduta é, portanto, típica<sup>253</sup>.

A antijuridicidade é presumida, pois a norma no Direito Penal já descreve a conduta proibida. Por conseguinte, sendo um fato típico, ele será, presumidamente, antijurídico. Há, porém, causas que afastam a antijuridicidade. São as excludentes de ilicitude, previstas no artigo 23 do Código Penal.<sup>254</sup>

Art. 23: Não há crime quando o agente pratica o fato:

I – em estado de necessidade

II – em legítima defesa

III – em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito

Excesso punível

Parágrafo único – O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos<sup>255</sup>

A legítima defesa ocorre quando alguém “usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual e iminente, a direito seu ou de outrem”. Temos, assim, uma causa de excludente de ilicitude que se molda perfeitamente ao caso em análise. A injusta agressão se revela no fato de o causador da crise ter, em seu poder, um refém, com iminente perigo a vida desta. Assim, o tiro de comprometimento se mostra como a única forma de salvaguardar o direito à vida desse refém, pois os demais meios (negociação e meios não letais) se mostraram frustrados. Ocorre, então, uma legítima defesa de terceiros<sup>256</sup>.

Sob a perspectiva da teoria dos elementos negativos do tipo, mais precisamente a teoria do tipo total do injusto, crime consiste em uma conduta típica e culpável. A antijuridicidade está contida no tipo, sendo assim havendo causas que

<sup>253</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>254</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>255</sup> BRASIL. Código Penal. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 31 de mar. de 2017.

<sup>256</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009

afastem a antijuridicidade, a conduta será atípica, haja vista a ausência da face negativa do tipo<sup>257</sup>.

Como já estudado, incide no caso em comento a excludente de ilicitude da legítima defesa de terceiros. A conduta, portanto, é atípica. Sendo atípica, não há crime no disparo que atinge apenas o causador da crise<sup>258</sup>.

É importante ressaltar que, para a legítima defesa ocorrer, deve-se usar moderadamente os meios necessários. Para isso, deve-se respeitar o princípio da proporcionalidade: esgotar a todos os meios de negociação e não letais, a vida do refém deve, de fato, estar em perigo e deve haver a possibilidade concreta do sucesso do tiro de comprometimento<sup>259</sup>.

Respeitado o princípio da proporcionalidade, não cometerá crime o policial *sniper*, que efetuou o disparo, e nem o gerente da crise, que o autorizou, por falta de antijuridicidade de sua conduta, se analisada a teoria tripartite do crime<sup>260</sup>. Se, por outro lado, seguirmos o pensamento da moderna teoria do tipo total do injusto, não estará caracterizado o crime de homicídio, pois a conduta, tanto do *sniper* quanto do gerente do teatro de operações, é atípica, haja vista a presença da excludente da legítima defesa de terceiro<sup>261</sup>.

---

<sup>257</sup> GUIMARÃES, Rodrigo Suzana. *Tipo Total de Injusto e Processo Constitucional: a teoria dos elementos negativos do tipo e sua repercussão no ônus da prova no processo penal*. 2008. 107 f. Tese (pós-graduação) – Programa de pós-graduação em Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

<sup>258</sup> GUIMARÃES, Rodrigo Suzana. *Tipo Total de Injusto e Processo Constitucional: a teoria dos elementos negativos do tipo e sua repercussão no ônus da prova no processo penal*. 2008. 107 f. Tese (pós-graduação) – Programa de pós-graduação em Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

<sup>259</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>260</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>261</sup> GUIMARÃES, Rodrigo Suzana. *Tipo Total de Injusto e Processo Constitucional: a teoria dos elementos negativos do tipo e sua repercussão no ônus da prova no processo penal*. 2008. 107 f. Tese (pós-graduação) – Programa de pós-graduação em Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

#### 4.6.2. Disparo autorizado dirigido ao causador da crise, mas que atinge apenas o refém

O Comandante do Teatro de Operações autoriza o tiro, este é realizado atingindo o refém. Nessa hipótese, o policial tinha intenção de acertar apenas o causador da crise, mas, por erro de sua parte, acertou apenas o refém, matando-o<sup>262</sup>.

Estamos, portanto, diante da hipótese de erro na execução. O atirador não tinha intenção de matar o refém, e sim o causador da crise, que o mantinha como refém. Todavia, no momento da execução do tiro, errou e o disparo atingiu o refém<sup>263</sup>.

Conforme o artigo 73, combinado com o artigo 20, parágrafo 3º do Código Penal, responderá, o agente, como se o erro não tivesse ocorrido e ele tivesse atingido a pessoa visada (causador da crise). Destarte, serão considerados as condições e qualidades do causador da crise, não do refém, vítima do disparo. Portanto, o policial estará, para fins penais, protegido, como no caso anterior, pela excludente de ilicitude da legítima defesa. O mesmo vale para o gerente da crise, que autorizou o disparo<sup>264</sup>.

A responsabilidade do agente será afastada apenas na esfera penal, podendo-se apurar sua responsabilidade na esfera civil e administrativa. Em outras palavras, o policial *sniper*, apesar de não ter cometido crime, pois não houve antijuridicidade em sua conduta, poderá ser condenado à reparação cível decorrente do dano provocado por culpa<sup>265</sup>.

---

<sup>262</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>263</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>264</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>265</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

#### 4.6.3. Disparo autorizado dirigido ao causador da crise, que atinge o causador e o refém

Nesse caso, o tiro é autorizado e realizado em momento oportuno, porém não é bem-sucedido. Acaba por atingir o causador da crise e o refém, causando a morte dos dois<sup>266</sup>.

O artigo 73 do Código Penal estabelece que “no caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do artigo 70 deste Código”. O artigo 70 do Código Penal, por sua vez, trata do concurso formal de crimes. Assim o é porque a conduta do policial *sniper* dá causa a dois resultados<sup>267</sup>.

Art. 70 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único - Não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do art. 69 deste Código.<sup>268</sup>

Analisando o resultado morte do causador do evento crítico, concluímos que, como na hipótese de um tiro bem-sucedido, o policial estaria protegido pela legítima defesa de terceiros. Não pode, pois, ser responsabilizado pela sua morte. Essa excludente, porém, não pode abranger a morte do refém, haja vista ter havido excesso do *sniper*, ainda que não tenha tido a intenção da morte do refém<sup>269</sup>.

Sendo assim, responderia na modalidade culposa. Não tinha, o atirador, o desejo de acertar o refém. Desejava, apenas, acertar o causador da crise, pois este

<sup>266</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>267</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>268</sup> BRASIL. Código Penal. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 31 de mar. de 2017.

<sup>269</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

colocava em risco a vida daquele. Porém, em um excesso de sua conduta, acerta, também, o refém. É caso, portanto, de culpa consciente. Responderá por homicídio culposo. O gerente da crise, no entanto, não poderá ser responsabilizado por erro do atirador, tendo em vista que sua decisão fora tomada dentro dos parâmetros legais<sup>270</sup>.

Não importará o resultado do tiro que acerta o refém, pois tanto homicídio (artigo 121 do Código Penal) quanto lesão corporal (artigo 129 do Código Penal) preveem modalidade culposa. Culpa, esta, que só poderá decorrer de imprudência ou negligência. Não é o caso de imperícia, pois o policial *sniper* é muito bem treinado e tem domínio técnico do tiro<sup>271</sup>.

Não pode, contudo, a morte do refém ser fruto de causa absolutamente independente do tiro de comprometimento. Se, por exemplo, o projétil atinge o refém porque ricocheteou em uma moeda que o causador da crise possuía no bolso, não pode o policial ser responsabilizado pela morte do refém, pois não era previsível a existência dessa moeda. Para que haja responsabilização do *sniper*, deve-se constatar a presença de falha humana (erro) e esta deve ser inescusável. Ademais, provada a culpa do policial, pode, este, ainda, ser responsabilizado civil e administrativamente<sup>272</sup>.

#### **4.6.4. Disparo ocorrido em momento inadequado (não oportuno)**

O momento oportuno para o tiro de comprometimento é, em regra, quando as alternativas menos traumáticas já se mostram ineficiente. Ou seja, quando as negociações não estão surtindo efeito e as os meios não letais não são capazes de resolver essa crise. Isso porque o Estado, na figura da polícia, tem o dever de

---

<sup>270</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>271</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>272</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.



proteger a vida de todos seus subordinados. A vida do causador da crise, portanto, também é garantida pelo Estado<sup>273</sup>.

Essa regra, entretanto, será desobedecida quando há violência real, por meio do causador da crise, contra o refém. Nessa hipótese, deverá o Comandante do Teatro de Operações optar pelas intervenções táticas (ou invasão tática, ou tiro, a depender da situação) em detrimento dos meios menos lesivos<sup>274</sup>.

Sendo assim, se o gerente da crise optar pelo tiro, por qualquer motivo, quando ainda é possível se resolver a crise de forma menos lesiva ou quando não houver violência real do agressor, terá cometido um excesso. Os meios não foram usados de forma moderada. O tiro terá ocorrido, portanto, em um momento inoportuno<sup>275</sup>.

O atirador não poderá ser responsabilizado, haja vista o tiro ter sido autorizado. Este obedecia a ordens de seu superior hierárquico. Quem, de maneira equivocada, optou pelo tiro de comprometimento foi o gerente da crise, sendo o autor intelectual do disparo. Foi ele quem feriu o princípio da proporcionalidade. Deve incidir sobre ele, portanto, o parágrafo único do artigo 23 do Código Penal, haja vista o excesso de legítima defesa. Sendo essa excludente de ilicitude afastada, responderá o gerente da crise por crime doloso<sup>276</sup>.

A consequência jurídica será outra se o gerente da crise acreditando que existe, naquele momento, risco efetivo à vida do refém, autoriza a realização do tiro de comprometimento, porém, na realidade, esse risco não existia. Ocorrerá, dessa forma, uma legítima defesa de terceiros putativa. Nessa situação, se o erro for escusável, não será, o gerente da crise, responsabilizado. Entretanto, a falsa interpretação da realidade é derivada de culpa do agente, este responderá por

---

<sup>273</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009

<sup>274</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>275</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>276</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

homicídio na modalidade culposa. É o que estabelece o artigo 20, parágrafo 1º do Código Penal<sup>277</sup>.

Por fim, resta examinar a hipótese do tiro em momento inoportuno e, o que é pior, sem autorização do Comandante do Teatro de Operações. Nesse caso, não há falsa percepção da realidade, inexistindo a legítima defesa putativa. Além disso, o *sniper* não tinha autorização para efetuar o disparo, ou seja, haviam ainda formas menos lesivas de se resolver a crise<sup>278</sup>.

Por não ter permissão na hora do disparo, a responsabilidade será do policial *sniper*. Por esse não ter ocorrido em momento oportuno, a proporcionalidade do uso dos meios – necessária para configuração da legítima defesa – não ocorreria, devendo o atirador responder por seu excesso, dolosa ou culposamente<sup>279</sup>.

Vale ressaltar que, acontecendo alguma dessas hipóteses na vida real, deve-se, para responsabilização penal do agente, provar de forma contundente o excesso desse. Caso contrário, prevalecerá os princípios da intervenção mínima e do *in dubio pro reo*. A excludente de ilicitude deve, então, ser reconhecida. Isso porque havia, por menor que tenha sido, violência contra o refém. O simples fato do agressor manter em seu poder um refém, já configura violência contra este. Dessa forma, a desproporcionalidade deve ser provada por quem acusa, graças a essa presunção de violência<sup>280</sup>.

---

<sup>277</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>278</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>279</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>280</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

#### 4.6.5. Disparo não autorizado

O policial *sniper* deve aguardar a autorização do Comandante do Teatro de Operações para poder efetuar o disparo. Na situação ora em análise, atira sem ter essa permissão, avocando todas consequências jurídicas desse tiro<sup>281</sup>.

Não é pacífico o entendimento da consequência penal dessa hipótese. Para Pegoraro, não há como afastar a prática de homicídio. O policial não estaria protegido por nenhuma excludente de ilicitude, pois não estava, ao efetuar o disparo, cumprindo seu dever. Não importa, para o mencionado autor, se o momento era oportuno, ou seja, se havia risco real e iminente ao refém, percebido pelo *sniper*.<sup>282</sup> Nesse mesmo sentido, Marcelo Veigantes, que acrescenta que, se o atirador for policial militar, pratica, também o crime de desobediência, previsto no artigo 330 do Código Penal<sup>283</sup>.

Borges, em contrapartida, entende que o tiro realizado sem a autorização do Comandante não afasta a legítima defesa de terceiros. Apesar de a autoria intelectual do disparo, que nas demais hipóteses era exclusiva do gerente da crise, ser, no caso ora em análise, do atirador, este agiu para encerrar uma injusta agressão, atual ou iminente, protegendo, assim, o direito à vida ou, até mesmo a integridade física, de outrem<sup>284</sup>.

Ressalta, Borges, que, para ser acobertado pela excludente, o policial *sniper* deve agir dentro dos limites da moderação e da necessidade do uso de força letal. Se o tiro for dado, por exemplo, em uma situação na qual negociação se mostrava positiva e não havia perigo real contra a integridade física da vítima, o *sniper* será responsabilizado por homicídio doloso<sup>285</sup>.

<sup>281</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>282</sup> PEGORARO, Bruno Régio. Tiro de comprometimento (sniper). *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1700, 26 fev. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/10984/tiro-de-comprometimento-sniper>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

<sup>283</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>284</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>285</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de

Diferente é a hipótese em que o *sniper*, devido a seu equipamento, percebe um risco real à vida do refém, que o Comandante não percebe, e efetua o disparo. Nesse caso, o atirador agiu respeitando o princípio da proporcionalidade, obedecendo a moderação e necessidade de uso de força letal, não podendo ser responsabilizado pelo homicídio<sup>286</sup>.

A responsabilidade civil, e principalmente a administrativa – haja vista ter descumprido ordens – não serão afastadas pela não responsabilização penal<sup>287</sup>.

---

Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>286</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

<sup>287</sup> BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

## CONCLUSÃO

O presente estudo analisou, sob o ponto de vista jurídico, o tiro de comprometimento letal realizado pelo policial *sniper*. Para isso, foi necessário o estudo de elementos não pertencentes ao Direito Penal.

Com o intuito de melhorar a compreensão a respeito do Estado Democrático de Direito, foi feita uma breve passagem sobre a origem do Estado. Logo após, foi estudado os dois elementos formadores do Estado Democrático de Direito (Estado Democrático e Estado de Direito). Por fim, foi definido o que é Estado Democrático de Direito.

Essa definição se mostrou importante porque vivemos em um Estado Democrático de Direito, sendo assim, deve, o nosso país, respeitar fielmente nossas leis. Não poderia, portanto, dispor do direito à vida de qualquer cidadão.

Para corroborar esse pensamento, princípios do Direito Constitucional e do Direito Administrativo foram apresentados. Dois merecem destaque: o da legalidade e o da proporcionalidade. Segundo esse, o Estado deve agir com proporcionalidade e razoabilidade entre os meios e os fins. Aquele, por sua vez, determina que só é lícito ao Estado fazer o que está na lei. Sendo os órgãos policiais pertencentes à Administração Pública, deve respeitar esses princípios.

Se fez oportuno, portanto, tratar da matéria policial. Foi definido o que é crise, e detalhamos o teatro de operação que é montado em situações críticas. Nele, todos os policiais estão sob o comando do comandante do teatro de operações. Ele é a autoridade máxima dentro do teatro de operações. Além dele, foi definido a figura do negociador e do grupo tático.

As alternativas táticas para resolução da crise também foram tratadas no presente trabalho de conclusão de curso. A saber: negociação, emprego de técnicas não letais, tiro de comprometimento letal e invasão tática.

As duas estudadas mais a fundo foram a negociação e o tiro de comprometimento letal. A negociação é importante para o nosso trabalho porque é o método menos traumatizante de solução da crise. Sendo assim, para que se considere a excludente de ilicitude da legítima defesa no tiro de comprometimento, deve-se primeiro tentar a negociação. Caso contrário, não haveria proporcionalidade

e a legítima defesa não poderia ser empregada, haja vista não ter havido moderação no meio utilizado.

A segunda alternativa estudada com maior ênfase foi o tiro de comprometimento. Esse é o objeto de nosso estudo, por isso, a solução tática de maior relevância. Em seguida, foi estudado aspectos do Direito Penal.

Definimos crime segundo a teoria analítica, a qual propõe que crime é composto por conduta típica, ilícita e culpável, além da teoria do tipo total do injusto. Deve estar presente todos esses elementos para que uma conduta seja considerada crime. Por esse motivo, o próximo elemento estudado foi a excludente de ilicitude.

Vimos que o estrito cumprimento do dever legal não é capaz de legitimar o tiro de comprometimento. A legítima defesa, no entanto, se mostra mais adequada para afastar o crime dessa conduta. Uma vez que ninguém é obrigado a suportar o injusto e que a legítima defesa admite a defesa de direito de outrem (legítima defesa de terceiros), o tiro de comprometimento pode sim ser protegido por essa excludente de ilicitude.

Em seguida, foi estudado o delito de homicídio, previsto no artigo 121 do Código Penal. Esse delito protege a vida humana. Pode ser cometido por dolo ou culpa. Admite-se forma tentada. A relevância do estudo desse artigo se faz em seguida, quando estudamos os casos práticos.

A análise dos casos práticos só foi possível porque foi estudado, antes, os elementos que compõe cada caso. Dessa forma, o leitor passa a ter o conhecimento, por exemplo, que as decisões dentro do teatro de operações são do comandante. Assim, a ordem de realizar o tiro de comprometimento letal parte dele. Sendo a ordem dada em momento inoportuno, deve, o comandante, ser responsabilizado. Caso o erro parta exclusivamente do *sniper*, não pode o comandante ser responsabilizado.

Concluindo, o tiro de comprometimento, quando realizado de forma correta, deve sim ser protegido pela legítima defesa de terceiros. Não se trata, aqui, de relativização de uma vida por outra, mas sim de proteção contra um injusto. É fato que é dever do Estado proteger e resguardar a vida de todos seus subordinados. A vida é o bem jurídico mais precioso e, no Estado Democrático de Direito, deve ser tutelado.

Entretanto, temos uma situação na qual uma pessoa submete outra a uma agressão injusta. O mesmo Estado Democrático de Direito garante, em seu

ordenamento jurídico que, se forem usados os meios necessários de forma moderada, não haverá, na conduta de quem se defende, crime. O princípio da legalidade é, então, respeitado, haja vista a lei expressamente permitir que se haja dessa forma diante de um injusto.

O princípio da proporcionalidade, e seu derivado princípio do uso progressivo da força, também são respeitados a medida em que se tentou, antes de se optar pelo tiro, meios menos traumatizantes e letais de solução. Por agredir o bem jurídico mais precioso, o tiro de comprometimento deve ser realizado apenas como última opção. A vida do refém deve estar, de forma fática, correndo perigo. Caso contrário, estaria ocorrendo uma relativização entre a vida do criminoso e a do refém. Não sendo essa a hipótese, deve ser configurado o crime de homicídio, caso o perpetrador da crise venha a falecer, ou de lesão corporal, caso este sobreviva.

Ante o exposto, fica evidenciado a dificuldade de se estudar o tiro de comprometimento letal. Diversas são as variantes, devendo-se estudar o caso concreto. Entretanto, não restam dúvidas que, se utilizada como última alternativa, em uma situação extrema, o tiro de comprometimento letal encontra-se protegido pela excludente de ilicitude da legítima defesa. O policial não será responsabilizado, pois, sequer, houve crime. O tiro de comprometimento letal do policial *sniper* encontra, portanto, respaldo legal em nosso ordenamento jurídico.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia Arruda/ MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3ª Edição revista. São Paulo: Moderna: 2003.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa*. 11. ed. São Paulo: Saraiva.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: Parte Geral*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 14ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BORGES, Fernando Afonso Cardoso. *O tiro de comprometimento (do sniper) no gerenciamento de crises: uma análise jurídica em face do Direito Penal Brasileiro*. 2009. 95 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Criminais) – Fundação Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2009.

BRANDÃO, Cláudio. *Teoria Jurídica do Crime*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BRASIL. Código de Processo Penal. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 31 de mar. de 2017

BRASIL. Código Penal. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 31 de mar. de 2017.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 31 de março de 2017.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *A moderna teoria do fato punível*. 3ª ed. Curitiba: Fórum, 2004.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Do Poder de Polícia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense. 1999.

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 27ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014.

DORIA JUNIOR, Irio; FAHNING, José Roberto da Silva. *Curso de Gerenciamento de Crise: Módulo 3*. SENASP/MJ: 2008

DOTTI, René Ariel. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.



*Gerenciamento de Crise*. 2008. 29f. Apostila do Curso de Formação de Agente e Escrivão de Polícia – Academia de polícia Civil Bahia, 2008.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

GUIMARÃES, Rodrigo Suzana. *Tipo Total de Injusto e Processo Constitucional: a teoria dos elementos negativos do tipo e sua repercussão no ônus da prova no processo penal*. 2008. 107 f. Tese (pós-graduação) – Programa de pós-graduação em Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

JESUS, Damásio de. *Direito Penal: Parte Geral*. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2014  
LUIZI, Luiz. *Os Princípios Constitucionais Penais*. 2.ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MAGALHÃES, A. C. S.; SANT'ANNA FILHO, J. M. e SOUZA, C. C. *Manual Básico de Ações Táticas Especiais da PMBA*. Salvador: PMBA, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

NOTÍCIAS STF. *11ª Súmula Vinculante do STF limita o uso de algemas a casos excepcionais*. Disponível em: <  
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=94467>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

REALE JÚNIOR, Miguel. *Instituições de direito penal: parte geral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. I.

REDE DE ENSINO LUIZ FLÁVIO GOMES. *Súmula Vinculante nº. 11 regulamenta o uso das algemas*. Disponível em: < <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/94831/sumula-vinculante-n-11-regulamenta-o-uso-das-algemas>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social: princípios do direito político*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTOS, Gilmar Luciano. *Como vejo a crise: gerenciamento de ocorrências policiais de alta complexidade*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2010.

SANTOS, Gilmar Luciano. *Negociação em ocorrências policiais de alta complexidade*. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2009.

SANTOS, Gilmar Luciano. *Sniper Policial: Quem Autoriza o Disparo Letal? Uma Análise Jurídica...* 1.ed. Belo Horizonte, MG: Bigráfica, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 11ª. ed. ver. atual e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

SILVA, Luciano André da Silveira e. *A responsabilidade penal dos agentes policiais no gerenciamento de crises em ocorrências com reféns*. 2011. 50 f. Monografia (Graduação) – Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, Brasília, 2011.

SOUZA, Wanderley Mascarenhas de. *Gerenciamento de Crises: Negociação e atuação de Grupos Especiais de Polícia na solução de eventos críticos*. 1995. 121 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP), São Paulo, 1995.

VARGAS, José Cirilo de. *Introdução ao estudo dos crimes em espécie*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

VEIGANTES, Marcelo. *Tiro de comprometimento: a responsabilidade do comandante do teatro de operações em operações policiais de alto risco*. 2008. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Curso de Direito) – Faculdade Campo Real, Guarapuava, 2008.

WELZEL, Hans. *Direito Penal*. Tradução: Dr. Afonso Celso Rezende 1. ed. Campinas-SP: Romana, 2003.

ZAUPA, Tatiana; ROSA, Samuel. *Gerenciamento de Crise*. 2015. 30f. Apostila do Curso de Formação de Sargentos – Escola de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.